

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**14ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de junho de 2021. Sessão realizada por meio virtual.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES**

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tum, Zé Raimundo Lula e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Proposta de Emenda Constitucional nº 163/2021, oriunda do Poder Executivo, que (Lê) *“Modifica as regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis do Estado da Bahia, e dá outras providências”*; Projeto de Lei nº 24.196/2021, também do Poder Executivo, que (Lê) *“altera a Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, e dá outras providências”*.

Temos aqui dezenas de projetos de deputados – 32, salvo a memória –, 32 projetos de deputados já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça, já acordados entre os líderes. E temos um projeto de resolução da deputada Fabíola Mansur, que cria a procuradoria aqui na Assembleia Legislativa. Então, na hora da votação, explicarei a V. Ex.<sup>as</sup> do que se trata. É para se adequar à Câmara Federal, onde já foi criada. Não trará custos nenhum para esta Casa, haja vista que toda a estrutura, que é mínima, vai ser atendida por aqueles que já são servidores desta Casa. Então, é só uma formalidade para acompanhar outros estados e a Câmara Federal nessa criação da Procuradoria das Mulheres.

Não há expediente a ser anunciado, não há manifestação...

Sim, Srs. Deputados, nós temos também aqui projetos do estado da Bahia pedindo adiamento do fim do estado de calamidade do estado, do governo, e de mais 314 municípios que nós já aprovamos aqui no passado e, hoje, nós estamos só votando para prorrogar até 31 de dezembro, já que vai vencer no final desse mês, 30 de junho. Então, ao votarmos favoravelmente estaremos prorrogando até 31 de dezembro de 2021, e da cidade do Salvador, do município de Salvador, que vem em separado. Tem esses projetos para hoje à tarde.

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicador o orador pelo tempo 2 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

**O Sr. HILTON COELHO:** O.k., Sr. Presidente.

Boa tarde a todos os deputados e deputadas.

Sr. Presidente, demais deputados, ocupo esta tribuna, neste momento, justamente para versar sobre o que tem sido o processo que pode levar à aprovação nesta Casa da Proposta de Emenda Constitucional nº 163/2021 e do PL nº 24.196/2021 também, que versam sobre a questão do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis do estado da Bahia.

Bom, hoje pela manhã, esta Casa viveu uma experiência e precisaria ter contado com a sensibilidade dos deputados e deputadas que participam das comissões. Fizemos a reunião conjunta a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Orçamento e a de Educação e Serviços Públicos. Precisava de sensibilidade, Sr. Presidente. Foi um momento em que o relator do projeto, o deputado Zé Raimundo, apresentou a sua produção, e nós tivemos de maneira inusitada uma participação recorde, acredito, na galeria virtual, na sala virtual de servidores e servidoras. Uma quantidade enorme desses servidores e servidoras, entre eles, obviamente, muitas lideranças sindicais para acompanhar a reunião das comissões conjuntas, o que para nós evidenciou um componente muito significativo em relação a essas alterações da realidade previdenciária dos servidores do estado. Apesar de todo o discurso do governo em relação à pertinência da reforma e até aos ganhos que isso traria para as categorias, existe uma situação, primeiro, de uma parte das categorias que tem dúvida sobre a possibilidade de perdas e de uma parte muito significativa – eu citaria aqui, especialmente, os policiais civis, os trabalhadores da educação, os fazendários –, que localizaram concretamente, com muita convicção, perdas no que se refere ao conteúdo

desses projetos que podem ser votados aqui. É uma posição do governo de relatar consultas que haviam sido feitas a diversas categorias. No entanto é um fechamento muito grande para que nós realizássemos uma verdadeira audiência pública, porque, hoje, o que nós tivemos foi uma pequena audiência. Um intervalo de tempo muito pequeno e apenas dois pronunciamentos dessas lideranças, pronunciamentos públicos sobre o projeto. Ambas as lideranças – uma liderança dos policiais civis, outra dos professores das universidades estaduais – colocando em questão o conteúdo desse projeto, ressaltando os componentes negativos para as categorias.

O que a gente percebe, portanto, é uma ausência do debate sistemático, já que o anúncio da votação do projeto, sendo feito hoje, foi feito no dia anterior, Sr. Presidente.

Então, me pareceu que foi de uma baixíssima sensibilidade o voto das comissões. Nós votamos isoladamente contra o relatório, pedimos vista do processo. Infelizmente, regimentalmente, o argumento de todos os deputados foi de que isso não estava previsto no Regimento. Ou seja, nós tentamos de todas as formas fazer com que um tempo fosse ganho para que o debate democrático, envolvente com as categorias do serviço público pudesse de fato vir a ser feito. Mas não tivemos sucesso e hoje estamos aqui com essa pauta para ser discutida dos dois projetos.

Então, eu quero, Sr. Presidente, de antemão, marcar aqui nosso posicionamento contrário a essa votação, de antemão já registrar que nós faremos uma fala, aí já versando de maneira mais aprofundada sobre o tema, uma fala na discussão do projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará, por todo o tempo, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 12 minutos, o deputado Paulo Rangel.

**O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, eu venho aqui, neste momento, me posicionar e me expressar sobre uma matéria que terá um impacto muito grande sobre a vida do povo brasileiro.

Hoje, nós teremos a votação no Senado de uma MP – eu imagino –, uma MP que prevê a privatização da Eletrobras. A Eletrobras, uma das empresas de maior significado do ponto de vista da geração, da transmissão e até – que já foi – da distribuição de energia elétrica neste país. A Eletrobras é uma empresa que se não fosse ela nós não teríamos implantado o Programa Luz Para Todos no nosso país e não teríamos hoje uma cobertura energética no campo de mais de 90%. A Eletrobras, essa empresa cinquentenária e que tem subsidiárias de uma importância muito grande.

Um projeto de privatização que, além dos seus impactos, ele é apresentado de uma forma perversa, através de uma MP, sem que houvesse um debate de expressão no Legislativo, um debate que envolvesse a sociedade civil organizada e que levasse em consideração diversos fatores, fatores específicos, como a qualidade da geração de

energia elétrica hoje gerada em nosso país, a eficiência da transmissão e, diga-se de passagem, país esse que tem um custo de geração, principalmente no Nordeste, representado pela Chesf, como o custo mais baixo de geração de energia elétrica em todo o mundo.

A privatização vai gerar um aumento de tarifa exorbitante. Inclusive, ontem, estudo da Fiesp já previa um aumento de tarifa para os próximos 30 anos, que impactará a atividade industrial no Brasil de uma forma bastante substantiva. Mas, além desses fatores, Sr. Presidente, eu chamo a atenção para um fator que vai impactar o Nordeste e, principalmente, a Bahia – e o Brasil como um todo –, que é o controle das águas dos grandes mananciais, já que a matriz predominante de geração elétrica em nosso país é de natureza hídrica.

E nós sabemos que o Brasil é um país privilegiado do ponto de vista hídrico, mas que infelizmente é um país que nunca levou essa discussão a sério e nunca fez, inclusive, um estudo aprofundado que fizesse com que tivéssemos hoje um verdadeiro orçamento das águas. Nós nunca discutimos o uso múltiplo das águas como deveríamos ter discutido.

E esse impacto vai se apresentar de forma bem mais substancial no Nordeste, uma região árida, que tem apenas dois grandes mananciais que são o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba. Imaginem os conflitos que serão gerados com as águas do Rio São Francisco sendo administradas por uma empresa privada, nós que precisamos de água para irrigação, para abastecimento das cidades, para navegação, para o turismo.

E nunca fizemos, inclusive, uma discussão – como deveríamos fazer – sobre a substituição dessa matriz, que é importante, mas que no futuro ela teria que prevalecer também voltada para outros usos e não 90% das águas de um rio como o São Francisco voltadas para a geração de energia elétrica.

Eu sempre defendi que a Chesf deveria se transformar em uma TVA, uma empresa que é uma autoridade sobre o Vale do Tennessee. A TVA, que hoje controla as águas do Tennessee, 50% do seu lucro é voltado para o desenvolvimento do Vale do Tennessee. E esse era o sonho que nós tínhamos.

Pasmem os senhores que nós não temos uma empresa hidroelétrica privatizada nos Estados Unidos, e é isso que provavelmente pode acontecer. Então, estou acompanhando a votação no Senado. Ontem, nós tínhamos, inclusive, uma previsão otimista. Espero que esse projeto no dia de hoje venha a ser derrotado. Dois senadores baianos têm tido um papel de destaque nessa discussão, que são os senadores Jaques Wagner e Otto Alencar. E esperamos que esse mal que vai atingir a população brasileira, em especial, a população do Nordeste e, de forma mais incisiva, o povo da Bahia, não venha acontecer.

Portanto, trata-se, realmente, de um projeto de um impacto muito grande sobre a vida da população, considerando, inclusive, a situação em que vivemos hoje e a necessidade de recuperarmos a economia no país. E isso faz parte, realmente, do desmonte do estado brasileiro.

Portanto, trata-se de uma matéria muito importante que, infelizmente, não tem sido levada tão a sério pela classe política como deveria ser levada.

Mas nada me surpreende, principalmente quando vem de um governo irresponsável, que tem à frente um genocida que não se preocupa com a vida daqueles que a tem hoje, imagine com a vida das futuras gerações.

E sinto isso muito também de forma pessoal. É um assunto que me emociona, pois meu avô chegou na cidade de Paulo Afonso no ano de 1952. Eu nasci em 1961 e fui gerado no útero de uma eletricitária. Fiz concurso, trabalhei na Chesf por 37 anos, sou aposentado dessa empresa. Empresa que se transformou na redenção do Nordeste e que hoje pode ter a sua vida ceifada, o que levará o Nordeste a uma perspectiva, eu diria, de certa forma, não muito boa.

Portanto, é lamentável que coisas como essas ainda aconteçam no dia de hoje.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, eu pediria àqueles que não registraram a presença ainda que registrem pelo sistema *SevWeb*.

Srs. Deputados, vou ler aqui os deputados que ainda não deram presença, mas, se por acaso estiverem, entrem no sistema *SevWeb* para dar presença: Antonio Henrique Jr., Alan Sanches, Bira Corôa, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hilton Coelho – deputado Hilton Coelho, V. Ex.<sup>a</sup> não deu presença ainda –, Ivana Bastos, Josafá Marinho, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Neusa Cadore, Olívia Santana – Fátima, dá a presença aí pelo sistema *SevWeb*. Estou te vendo pela tela –, Osni Cardoso, Pastor Isidório, Paulo Rangel – Paulo Rangel, dê presença aí, amigo –, Roberto Carlos, que eu estou vendo na tela, Robinho, Rosemberg – caro líder, V. Ex.<sup>a</sup> precisa dar presença –, Samuel Junior, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tom Araujo, Tum, Vitor Bonfim, professor Zé Raimundo e Zó.

Não aparece a presença desses nomes citados aqui. Muitos de vocês eu vejo aqui na tela, como Eduardo, Olívia, Roberto Carlos e outros. Deputada Fátima também. É bom, Srs. Deputados, que vocês saibam que nós temos projetos hoje, como o da Previdência, que dependem de 38 votos favoráveis. Então, é bom que V. Ex.<sup>as</sup> marquem as presenças.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Deputado Sandro Régis? (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

**O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO:** Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado que vos fala. Gostaria de pedir aos deputados da Base do Governo que tiverem interesse em falar que mandem informação para mim.

Srs. Deputados, presidente, eu ouvi atentamente as duas intervenções: a do deputado Hilton e a do deputado Paulo Rangel. Primeiro, Paulo, é lamentável que a sociedade brasileira esteja num nível de desmobilização tão grande por um trabalho

que foi feito com relação à despolitização da sociedade, à criminalização da política, e que tinha um objetivo concreto em relação a isso, que foi criar as condições para que o estado brasileiro, através deste governador que aí está, destrua a base produtiva e a indústria nacional brasileira.

A privatização do sistema de eletricidade no Brasil – o que aconteceu primeiro com as distribuidoras e, agora, com as geradoras de energia – é um crime de lesa-pátria. E cabe a nós, aqui, como você fez, questionar, lamentar. Mas, infelizmente, nós estamos pagando um preço extremamente alto pela tentativa de criminalização da política. Com isso, deixou a sociedade extremamente reticente às manifestações políticas e entrega a preço extremamente irrisório empresas como a Petrobras – a exemplo da Refinaria Landulpho Alves –, o sistema Eletrobras e assim por diante. E vai nessa toada.

Quero parabenizar a sua intervenção qualificada, chamando à reflexão a sociedade e a política, independentemente da cor partidária, para situações como essa que nós estamos passando.

E a outra intervenção foi a do deputado Hilton, e quero dialogar com ela, porque o Parlamento não pode ser um instrumento para se criar falsas ideias. Nós temos de entender o que acontece, porque a gente vai criando falsas ideias, e essas ideias depois se voltam contra nós. Acabou de sair da minha sala o presidente do Sindpoc, que veio aqui conversar comigo, depois de eu reclamar com ele sobre uma nota que eles estão colocando nas redes sociais, usando o meu nome, inclusive dizendo que fui eu quem impediu a participação deles. E, ao contrário, fui eu que propus que quando se abrisse para os técnicos, se abrisse para o Sindpoc, para os delegados e para os professores. A proposta foi minha, mas ele estava de cabeça formada como se eu fosse o inimigo dele. E eu mostrei para ele aqui, junto com os advogados que estavam com a gente.

O que os professores reivindicam, o que os policiais civis reivindicam não está nessa PEC aqui. Essa PEC não traz qualquer prejuízo para nenhum servidor. E na hora em que a gente admite essa possibilidade, a gente está fazendo um desserviço ao Parlamento e a nós mesmos. Ou é uma demonstração de extrema ignorância ou displicência por não ter estudado e não ter lido o projeto.

Dúvidas? Eu posso admitir, porque até eu tenho. Mas afirmar uma posição de que esses dois temas trazem prejuízo para os servidores públicos do estado, nem o presidente do Sindpoc, nem a diretora, presidente do sindicato dos professores da Uneb, com quem falei hoje, absorvem essa tese. O que eles querem é resolver um problema que não está nessa PEC. É como se diz e eu disse a ele aqui: é como alguém entrar com um pedido na Justiça não sendo aquela a forma correta e o juiz vai arquivar dizendo que não é o caminho próprio, não é a razão de pedir aquela. Citei um exemplo do Ministério Público que entrou com uma ação de improbidade contra uma pessoa, que não era servidora pública e o juiz arquivou sem analisar o mérito, uma vez que o Ministério Público havia se equivocado, porque não era aquela a razão de pedir, não era aquele o caminho.

Então, não é o caminho nessa PEC para os professores ou os policiais civis reivindicarem. O que eles reivindicam, legitimamente, e é um direito deles reivindicar, é que eles tenham equiparação salarial aos policiais militares, e eu acho justa a sua

reivindicação, e disse hoje pela manhã, e digo agora novamente, mas não é nessa PEC o caminho para resolver essa questão. Nessa PEC, nós estamos tratando da aposentadoria, que será calculada pelos últimos 10 anos nas verbas transitórias e elas elevarão até a aposentadoria e não diminuirão. Se eles ganharem uma ação, que segundo eles, tem uma decisão preliminar de um ministro do STF e se isso pactuar no geral, aí é diferente, mas eles não têm o direito, é uma expectativa de direito. Então, eu não posso usar o Parlamento para estimular algo que não é verdadeiro.

O outro ponto é apenas, deputado Hilton, colocar a possibilidade de um jovem estudante receber a pensão do pai e da mãe, se ele for estudante e estiver na universidade para ajudá-lo a pagar os custos de ser educado. Então, o que nós estamos fazendo aqui hoje não é algo de rebaixar o direito, é de garantir, de fazer ajustes, porque os servidores estavam tendo dificuldade para se aposentarem nos 180 dias, porque o estado não tem a base histórica para fazer esses cálculos. E, aí, de repente, nós disseminamos e afirmamos, neste Plenário, que está trazendo prejuízo para os servidores, isso não pode ser uma fala verdadeira dos parlamentares.

Nós podemos usar de tudo, mas não podemos usar desse instrumento para vender ilusões onde não existem. Então, eu fiz questão de dizer isso, porque fiquei muito magoado, inclusive, com o presidente do Sindpoc, que aqui esteve na minha sala, faz 20 minutos que acabou de sair, porque eles estão disseminando, inclusive, chegou este material na minha família, que me mandou uma mensagem aqui: “Pelo amor de Deus, o que é que tá acontecendo?” Usando esse tipo de ameaça, e ele me disse que não era ameaça. E nós não podemos, queridos deputados e deputadas, permitir que inverdades sejam transformadas em verdades.

Quero parabenizar o deputado Sandro Régis, os outros líderes da Base da Oposição e os companheiros, líderes da Base do Governo, com os quais discutimos coletivamente e apresentou-se uma PEC discutida aqui dentro desta Casa. Foi aqui nesta sala que nós discutimos isso, para tirar toda a possibilidade de trazer qualquer tipo de problema para os servidores.

Por isso, meus queridos colegas, deputados e deputadas, eu tenho a tranquilidade de que o que nós estamos fazendo é a grande política e a gente usar isso como algo que vai tirar direito é a pequena política que não ajuda a construir um Parlamento que volte a ser respeitado pela sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô, Srs. Deputados! Deputado Rosemberg, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que dê presença, porque aqui não está acusando. Deputado Hilton Coelho, senão não vou permitir a voz. Se não está presente, então, não tem voz.

Eu gostaria de aproveitar para parabenizar o colega que hoje aniversaria, que é o deputado Alan Castro. Então, muitas bênçãos, Alan. Tudo de bom, muita paz e muita saúde, tenho certeza, em nome de todos os 62 colegas seus. Que Deus lhe proteja.

Deputados Alan Sanches não está presente, deputado Antonio Henrique Jr, deputado Bira Corôa, deputado Eduardo Salles, Hilton Coelho novamente, Kátia Oliveira, deputado Osni, deputado Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg deu presença agora, Samuel Junior, Talita Oliveira, Tom Araujo, deputado Tum, Vitor Bonfim e Zó.

Então, para continuarmos, eu vou passar a palavra para o líder da Minoria, deputado Tiago Correia, que substitui, pelo que me chegou aqui, o deputado Sandro Régis.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Deputado Tiago Correia. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Alan Sanches, me ouve para substituir o deputado Tiago? Não está? O deputado Tiago está entrando aqui agora, um minuto só da paciência... Me ouve, deputado Tiago?

O Sr. Tiago Correia: O senhor me ouve, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu não sei se V. Ex.<sup>a</sup> me ouviu. Eu tinha pulado para adiantarmos a sessão, eu estou voltando e concedendo o tempo pelo PSDB/Republicanos, por 10 minutos, para que V. Ex.<sup>a</sup> indique.

O Sr. Tiago Correia: Presidente, eu vou falar por 5 minutos. Por 5 minutos falarei e vou consultar aqui a bancada, se alguém quer fazer o uso da palavra, correto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos o deputado Tiago.

**O Sr. TIAGO CORREIA:** Sr. Presidente, eu queria apenas comentar a fala do deputado Rosemberg. Entendo a chateação dele em relação às colocações feitas pelo sindicato, pelos servidores, no caso ele citou especificamente o Sindpoc, mas queria pedir também a compreensão do deputado Rosemberg, porque quando se trata principalmente da Previdência – nós estamos falando não só dos servidores, mas de milhares de famílias – é natural que esses servidores fiquem preocupados, fiquem, de certa maneira, com posturas, às vezes, até um pouco agressivas. Nós temos de, enquanto parlamentares, entender, compreender e estar abertos ao diálogo assim como esteve, o líder da Maioria, mas também entendendo a angústia pela qual esses pais de família vêm passando, entendendo que sofreram perdas consideráveis.

No primeiro momento em que fizemos a alteração à Constituição e, é claro, que quando se trata de uma PEC, um assunto muito delicado, esses servidores se mobilizam, tentam estudar e muitos não conseguem compreender dada a complexidade da matéria e até nós mesmos, parlamentares, muitas vezes temos dúvidas. É difícil explicar a toda a bancada. Então, eu pediria ao líder da Maioria que tivesse essa sensibilidade, esse cuidado com esses servidores que, principalmente agora, neste momento de pandemia, têm se colocado à disposição de toda a sociedade baiana, trabalhando, tentando trazer segurança para as nossas famílias.

Eu peço ao deputado Rosemberg, eu sei que ele sempre tem – como os servidores nesses momentos muitas vezes se exaltam, ele talvez tenha se exaltado um pouco –, mas que tenha um pouco mais de cuidado com essas famílias, porque realmente o que

nós estamos aprovando aqui, não é o caso hoje, mas pode provocar profundos prejuízos a diversas famílias. Então, vamos ter um pouco de cuidado, vamos ter um pouco de calma. Eu acho que o momento é para ter calma. É uma votação importante. Então, eu peço essa compreensão, não só do líder Rosemberg, mas de todos os deputados desta Casa, para ter o máximo de cuidado com esses servidores e com as suas famílias.

Em relação ao outro deputado que falaria, Sr. Presidente, eu vou passar 5 minutos para o deputado Prisco. O senhor me ouve, presidente?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô, alô. Deputado Tiago, eu o ouvi agora. Passo a palavra por 5 minutos ao deputado Soldado Prisco. Deputado Alan Sanches, V. Ex.<sup>a</sup> eu vejo aqui como presente, mas na tela, precisa dar presença pelo sistema *SevWeb*. Deputado Alan, você me ouve?

Deputado Soldado Prisco por 5 minutos.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Sr. Presidente, em primeiro lugar, boa tarde a todos. Devido a essa luta da Aspra, acabei ficando afastado um pouco desse debate da Previdência, não tive acesso a esse debate da Previdência, mas faço minhas palavras as palavras do nosso líder que está substituindo Sandro Régis, Tiago Correa. Eu só acho que tem que ter um pouco mais de cuidado com o servidor, conversar mais com o servidor, explicar melhor, porque a coisa está meio dúbia para o servidor.

O que eu ia falar, basicamente, era o que o nosso líder falou, me solidarizo com o líder do Governo, Rosemberg. Não tive acesso, não sei qual foi o vídeo, mas toda e qualquer forma de ameaça, de extrapolar um pouco, fora da realidade, a gente tem que ser contrário. Então, sou solidário a Rosemberg, conte com o nosso apoio, com o nosso apreço nesse sentido e neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, não era do Governo agora, não?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, Rosemberg. O que foi que ocorreu? Nós iniciamos – só para recapitular – iniciamos com o líder do PT, falou o deputado Paulo Rangel. Eu passei o tempo do PSDB, pois não tinha ninguém da Oposição no momento. Então, por uma questão de acordos, eu pulei, fui para o PSD e V. Ex.<sup>a</sup> usou, correto? Aí eu voltei para o tempo do PSDB, que o deputado Tiago e o Soldado Prisco acabaram de usar. Então, o próximo tempo é do Patriota/PSL/PSC da Oposição. Entendeu?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k, combinado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago. Deputado Tiago, deputado Alan Sanches, me ouvem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está aberto?

O Sr. Tiago Correia: Oi, Sr. Presidente, me ouve, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Eu não tenho oradores inscritos para falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará, por 5 minutos, a deputada Olívia Santana e, por 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia, que já tinha solicitado a sua inscrição.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero saudar também aqui o líder Rosemberg e dizer, presidente, que solicitei o uso da palavra para informar a este Plenário sobre a ação da nossa Comissão de Direitos da Mulher no dia de hoje.

Estivemos com o comandante-geral da Polícia Militar, o coronel Coutinho, exatamente acompanhando as famílias das vítimas do ocorrido, das operações policiais que aconteceram no Curuzu e que deixaram duas vítimas mulheres mortas: a senhora Célia, que era servidora pública aposentada, e a senhora Viviane, que trabalhava como manicure. Durante uma operação policial, elas vieram a óbito, fruto dos tiros que receberam, infelizmente, as duas não resistiram e morreram. E também a Jucilene, lá no subúrbio, que tomou três tiros na barriga, uma das balas atingiu o seu bebê, que também veio a óbito. Jucilene, graças a Deus, está se recuperando, mas extremamente traumatizada. O seu esposo que ganhava um salário-mínimo foi demitido, porque precisava dar o suporte necessário para a companheira, situação de pobreza extrema.

Nós levamos as nossas preocupações ao coronel da polícia militar, também vamos ter reunião com a Secretaria de Segurança Pública. E eu quero aqui agradecer às colegas deputadas da comissão que aprovaram essa audiência, também agradecer as presenças da deputada Maria del Carmen, que brilhantemente tem sido extremamente atuante na Comissão dos Direitos da Mulher e da deputada Neusa, nossa representante, com muita dignidade, na Mesa Diretora desta Casa, que me acompanharam no diálogo que tivemos, na reunião que tivemos hoje e, portanto, saímos de lá também com o compromisso do comandante-geral de prover esforços no sentido de garantir que a justiça seja feita, que a verdade seja apurada, considerada e que os familiares possam, de fato, ver florescer a justiça frente a esses casos tenebrosos, porque nós queremos uma polícia verdadeiramente cidadã, uma polícia que considere que as comunidades de periferias, comunidades negras e pobres merecem o mesmo tratamento das comunidades que moram na Barra, no Horto Florestal, onde quer que seja, nos bairros de elite da cidade.

É preciso desenvolver um outro *modus operandi* que garanta a lógica da vida, a proteção à vida durante as apurações policiais, as operações policiais, porque nós não queremos que crianças sejam derrubadas no meio do caminho, que mulheres, que trabalhadoras, trabalhadores, pessoas inocentes percam suas vidas, porque isso é uma perda para o conjunto da sociedade e principalmente para as famílias que estão destruídas, destroçadas. Uma criança de 10 anos perdeu sua mãe, viu todo o fato acontecer, portanto é uma situação tenebrosa que esta Casa não pode deixar passar, esta Casa tem o dever de acompanhar, de apurar e de acompanhar a apuração e, portanto, cumprimos este papel hoje.

Por fim, presidente, quero também dizer que o nosso mandato entrou com um projeto, o nosso PL nº 24.168/2021, que é um projeto, presidente, que altera a Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre o estatuto do magistério público do ensino fundamental e médio no estado da Bahia, e dá outras providências.

O nosso projeto de lei, presidente, é no sentido de alterar, de atualizar o Estatuto do Magistério, porque antes não se contemplava o ensino remoto. E, neste momento de pandemia... a pandemia mudou completamente a nossa vida e trouxe mudanças que são irreversíveis, que vão continuar impactando a vida das pessoas.

Então, o Estatuto do Magistério, naquele momento em que foi elaborado, não contemplava a educação remota, semipresencial. E ele, portanto, agora, precisa incorporar, inclusive, estabelecendo as responsabilidades em relação aos custos com os instrumentos, os equipamentos necessários para a gravação de aulas, o uso de dados em relação às aulas remotas, à internet. Então, é preciso que o conjunto dos profissionais tenham acesso ao kit de internet, às ferramentas necessárias, não como algo que seja de responsabilidade do profissional, das professoras e dos professores.

É de responsabilidade, obviamente, dos governos, do governo do estado, das prefeituras, garantir a provisão desses materiais que são fundamentais para que essas aulas, para que o ensino remoto se dê de maneira uniforme, com qualidade, com a estrutura necessária e não ao sabor de quem pode fazer ou deixando os custos apenas sobre os ombros dessa categoria.

Parece-me que recentemente o Senado derrubou um veto do presidente Jair Bolsonaro, esse presidente do fim do mundo, esse presidente da desconstrução nacional, que está destruindo com tudo, acabando com tudo, inclusive com a vida de uma parcela importante do povo brasileiro, já que estamos chegando a 500 mil mortos pela Covid-19 e uma parte da responsabilidade, de maneira muito significativa, diz respeito à negligência letal desse presidente da república.

Então, o impacto na vida e o impacto também na educação precisam ser tratados. E, portanto, eu acho que foi muito importante, celebro que o Senado tenha derrubado o veto. E essa legislação em relação ao uso de dados pode favorecer a Bahia com cerca de R\$ 3 bilhões para investimentos nessa infraestrutura virtual, remota, para garantir o trabalho dos profissionais envolvidos na...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada Olívia.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** (...) educação de qualidade do nosso estado.

Por isso, obrigada, presidente. Queria falar também sobre a questão do projeto de ajuste das aposentadorias. Já conversei antes também com advogados e sigo aqui a orientação do líder.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Jacó.

Deputado Jacó, abra o seu som. (Pausa) O deputado Jacó está com o som aberto?

**O Sr. JACÓ LULA DA SILVA:** Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados. Quero saudar a equipe da *TV ALBA*, saudar todo o povo da Bahia que nos acompanha pela televisão, pela *TV ALBA*, pelas redes sociais.

Sr. Presidente, quero, inicialmente, agradecer-lhe e parabenizá-lo pela sua condução à frente dos trabalhos da nossa Casa, pela sua luta, e desejo-lhe toda a sorte do mundo.

Queria dizer e convidar o povo da Bahia, que o governador Rui Costa, o melhor governador da Bahia e do Brasil, estará em Irecê, Sr. Presidente, na próxima segunda-feira, acompanhado do secretário Jerônimo e de diversos colegas deputados e deputadas, que vão acompanhar o nosso governador.

Ele vai entregar mais um complexo poliesportivo em Irecê e vai fazer uma série de anúncios importantes para aquela cidade. Eu quero já, em nome do povo daquela terra, agradecer ao governador Rui Costa pelo seu trabalho e pelos investimentos que ele tem feito em Irecê, em todo o território de Irecê e também em toda Bahia. Fica aqui esse registro que eu acho que é importante. Queria convidar e avisar à população tanto de Irecê quanto do município de Ibipêba que o governador Rui Costa, segunda-feira, estará aí fazendo uma visita a esses dois municípios, fazendo entregas, visitando e anunciando obras importantes.

Queria também, Sr. Presidente, falar aqui da privatização da Eletrobras. A conta vai para bolso do povo?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Senado Federal se reúne nesta quarta-feira para debater e votar a MP nº 10.031/2021, que prevê a privatização da Eletrobras, a nossa principal estatal de energia elétrica, Sr. Presidente. Esse é um tema que diz respeito à soberania nacional e, sob o argumento de que o que é público não presta e precisa ser modernizado, pode gerar perdas de até R\$ 600 milhões por ano em *royalties*, segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo, Sr. Presidente.

O Brasil, mais uma vez, minha gente, encontra-se na contramão do mundo, porque onde predomina a geração de energia, a participação do setor público é majoritária e o setor de transmissão, considerado como estratégico, é controlado por estatais. Só para se ter uma ideia, 75% da capacidade hidroelétrica dos Estados Unidos é controlada pelo governo, na Índia, o controle passa de 90% e aqui, nós queremos fazer a política do entreguismo. Êta, progresso!

Entre 2000 e 2020, a Eletrobras investiu 190 bilhões, por ano, chegou a 15 bilhões de investimentos. Em 2020, por decisão política ou de gestão, caiu para 3 bilhões por ano. O número de trabalhadores também vem caindo. A situação é grave, alarmante!

O texto da medida provisória aprovada pelos deputados, da Câmara, favorece grupos econômicos minoritários e prevê um aumento de 15% na tarifa, ou seja, conta de luz mais cara para a população, para a indústria também. Isso é um atraso, uma tragédia, uma situação inimaginável diante da crise sanitária, econômica e social que estamos atravessando com a Covid-19.

Inclusive, com o setor industrial, eu quero me solidarizar, porque será grandemente afetado com essa política irracional, antinacional de privatizar a Eletrobras.

A MP também prevê energia suja e ruim para o meio ambiente, na medida em que obriga a contratação compulsória de pelo menos 6.000 *megawatts* de térmicas a gás natural em locais predeterminados em estados do Nordeste sem acesso ao gás natural e em estados do Norte e Centro-Oeste.

‘O governo está vendendo uma mina de ouro’, dizem especialistas ouvidos sobre a venda de ações da estatal.

A Consultoria Legislativa do Senado já se pronunciou sobre a MP e disse que ela é inconstitucional.

O que nós esperamos é que a sua tramitação no Senado seja interrompida imediatamente e o tema discutido com a sociedade com a profundidade que merece. Desde ontem, os trabalhadores da Eletrobras estão paralisados e contam com o apoio deste mandato”

Queria dizer, Sr. Presidente, saudar os diretores do Sinergia, quero mandar um abraço para o companheiro Carlos Santana, para Carlos, para Melo, companheiros de luta do Sinergia que atuam ali na região de Paulo Afonso e que representam esse sindicato importante.

Quero também parabenizar a atuação dos nossos senadores Jaques Wagner e Otto Alencar, que nos orgulham, que têm feito um trabalho extraordinário e que têm feito um trabalho em defesa da Eletrobras e do povo brasileiro, Sr. Presidente.

Quero aqui registrar o nosso repúdio a essa privatização, a essa lei, a essa MP, porque não é possível, nós não podemos aceitar tanto entreguismo com o nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez quero saudar os companheiros Gilberto Santana, Carlos e o companheiro Melo, do Sinergia aqui da região de Paulo Afonso.

Um forte abraço, Sr. Presidente, eu agradeço a sua generosidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder do Governo ou da Maioria, ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Aproveitando, por falar em Pcdob, o deputado Fabrício Falcão não se encontra presente.

Com a palavra o deputado Rosemberg, o líder do Governo, Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, não há nenhum orador inscrito neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O microfone do deputado Tiago está aberto?

O.k., concedo a palavra ao líder do Governo ou da Maioria.

Deputado Tiago, V. Ex.<sup>a</sup> vai falar?

O Sr. Tiago Correia: Falará, pelo tempo de 11 minutos, o deputado Pedro Tavares, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado, o meu amigo, Pedro Tavares.

(Silêncio)

Abra o microfone, Pedrinho.

(Silêncio)

Pedrinho, abra o micro...

(Silêncio)

Nós não o ouvimos, Pedro.

**O Sr. PEDRO TAVARES:** Agora, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora.

**O Sr. PEDRO TAVARES:** Na verdade, eu queria cumprimentar o nosso presidente e amigo, o deputado Adolfo Menezes, cumprimentar todos os deputados e deputadas desta Casa. Na verdade, o deputado Tiago Correia foi benevolente comigo, querendo me dar esse tempo de 11 minutos, mas eu iria usar uma questão de ordem sobre o assunto que eu falei no dia de ontem...

Hoje, eu tive a oportunidade de me encontrar com nosso presidente e sei de sua sensibilidade, ele que sempre foi parceiro dos colegas deputados, sempre teve uma grande amizade com os deputados e foi colega dessa pessoa de quem eu vou falar. É sobre o projeto que eu apresentei na última segunda-feira para denominar a estrada, o trecho da BA-263 que sai de Itapetinga, passando por Itambé, até chegar ao município de Vitória da Conquista, denominar essa estrada como Estrada Deputada Virgínia Hagge. Uma homenagem justa, uma grande baiana que nos deixou de forma precoce no ano passado, quando nós todos não tivemos a oportunidade de fazer-lhe a última homenagem, visitando-a, fazendo, indo até o seu sepultamento, devido à Covid-19.

Hoje pela manhã, eu conversei com o deputado e líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, conversei também com o líder da Oposição, deputado Sandro Régis, falando da importância de a gente prestar essa homenagem póstuma à deputada

Virgínia Hagge, mostrando que na última segunda-feira se completou 1 ano da sua morte, infelizmente, nos deixou de forma precoce, como eu disse.

E hoje conversando com o deputado Rosemberg – eu tomei a liberdade de ligar para o secretário Marcus Cavalcanti para tirar uma dúvida que tinha sobre esse projeto –, ele me confirmou que essa BA, a BA-263, esse trecho que liga Itapetinga, passando por Itambé, chegando até Vitória da Conquista, é uma BA, não existe uma discussão sobre BR. Então não existe discussão sobre o projeto.

Então, eu queria... eu sei que o deputado Sandro Régis não se encontra na sessão, mas deixar aqui avisado ao deputado e amigo Tiago Correia que já foi acordado com o deputado Sandro Régis, e o deputado Rosemberg Pinto também ficou de analisar essa questão que eu mencionei agora, em relação à dúvida da BA, porque já foi tirada essa questão... Se ele puder, se ele quiser também, pode tirar essa dúvida com o secretário Marcus Cavalcanti.

Pedir aos deputados presentes que possam fazer essa homenagem à deputada Virgínia, que nos deixou tão precocemente. Pedir ao deputado e presidente Adolfo Menezes que também interceda para que a gente possa colocar esse projeto em votação hoje, prestando essa homenagem a essa grande baiana, fazendo a dispensa de formalidades para que a gente possa votar esse projeto.

Era só isso, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria, ou líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

(Silêncio)

Deputado Rosemberg.

(Silêncio)

Deputado Rosemberg. Está aberto o som?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu estava ativado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> pode entrar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu vou aproveitar este tempo, uma vez que não há orador inscrito. Serão duas questões. Eu queria pedir a V. Ex.<sup>a</sup> um apoio, é o seguinte, há um projeto de resolução que V. Ex.<sup>a</sup> está encaminhando sobre a procuradoria da mulher, eu queria pedir para não o votarem nesta semana, na sessão de hoje, e deixar para a próxima porque a deputada Olívia fez um questionamento sobre um ajuste para não haver sobreposição entre a Procuradoria e a Comissão da Mulher. Nada contra. Ela colocou isso para mim.

Eu queria ponderar com V. Ex.<sup>a</sup>, já que nós vamos votar no dia 7 novos projetos, que a gente pudesse 16ixa-lo para o dia 7.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

**O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO:** Ótimo, obrigado.

A outra questão: nós vamos votar hoje 31 ou 32 projetos de deputados. Esses projetos foram projetos que passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, são projetos em que eu fiz questão de, ontem, junto com o líder Sandro Régis, fazer uma avaliação mais criteriosa sobre a possibilidade de a maioria dos deputados os apresentarem. Há deputados com dez projetos, outros com cinco, e a gente quer trabalhar pelo menos um de cada deputado. Aqueles que não estiverem aqui fazem os ajustes, e na próxima sessão a gente terá um aprimoramento maior.

Então queria dialogar já com os deputados e deputadas porque nós estamos iniciando. Então, aquele deputado como eu, Rosemberg, que não terá nenhum projeto hoje analisado, isso não quer dizer que ele não terá direito. Nós estamos priorizando os que já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça. É nesse sentido. E nós vamos votar 32 projetos, pela primeira vez nós vamos votar uma quantidade grandiosa de projetos que passaram pela Comissão de Constituição e Justiça. Parabenizo a Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Pedro Tavares, eu não tenho a condição – desculpem-me, porque eu estava sem vídeo –, eu não tenho a condição que V. Ex.<sup>a</sup> tem de falar com o secretário de Infraestrutura a hora que quiser, mas eu vou confiar, sem dúvida alguma, no que V. Ex.<sup>a</sup> fala. Fique tranquilo.

Então, eu queria apenas ponderar com V. Ex.<sup>a</sup> que, em vez de nós colocarmos só de Itapetinga a Itambé, que nós colocássemos de Itororó a Itapetinga o nome do deputado Eujácio Simões e de Itapetinga a Itambé, como V. Ex.<sup>a</sup> pretende, o nome da deputada Virgínia Hagge.

Eu acho que a gente faz uma homenagem a dois deputados filhos das cidades, um de Itapetinga, o outro de Itororó, que foram deputados desta Casa e que nos deixaram precocemente. Eu acho que, se der para a gente fazer o ajuste agora, a gente faz, senão nós votaríamos no dia 7 também esse projeto, com essa nova arrumação.

Se V. Ex.<sup>a</sup> permitir dividir comigo, para não fazermos dois projetos, ficariam sendo de nossa autoria tanto a nomeação do trecho de Itororó para Itapetinga, com o nome do deputado Eujácio Simões, quanto a de Itapetinga a Itambé, com o nome da deputada Virgínia Hagge. E nós depois faríamos uma vaquinha entre nós para botar uma placa na saída de Itororó para Itapetinga falando o nome dessa rodovia e de Itapetinga para Itambé, sendo “Virgínia Hagge” o nome da rodovia.

Então, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, eu aproveitei este tempo já para fazer esses encaminhamentos da votação de projetos de deputados, para a gente ganhar tempo e sair um pouquinho mais cedo, hoje, da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nobre líder, deputado Pedrinho, acredito que V. Ex.<sup>a</sup> ficou satisfeito. Dia 7 está próximo, e nós votaremos o da procuradoria, que, repito mais uma vez, já foi aprovado na Câmara Federal, em alguns

estados e não trará custo algum para a nossa Casa, até porque a estrutura, que já é pequena, vai ser usada pelos próprios funcionários desta Casa Legislativa.

## ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Nós vamos iniciar votando os PDLs, aqui, que são as prorrogações dos estados de calamidade do estado da Bahia, do município de Salvador e de 314 outros municípios da nossa Bahia. Então, vou iniciar prorrogando até 31 dezembro de 2021 o projeto do estado, que tem como relator o deputado Antonio Henrique Jr.

Passo a palavra ao deputado Antonio Henrique Jr. Para relatar o (Lê) “*Projeto de Decreto Legislativo nº 2.938/2021*

*Renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública na Bahia, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da solicitação do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 5.274, de 14 de junho de 2021.”*

Para relatar, o deputado Antonio Henrique Jr.

**O Sr. ANTONIO HENRIQUE Jr.:** Boa tarde, presidente, está me ouvindo?

(Silêncio)

Está me ouvindo, presidente?

(Silêncio)

**O Sr. ANTONIO HENRIQUE Jr.:** Passo a relatar o (Lê) “*Projeto de Decreto Legislativo Nº 2.938/2021*

*Renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública na Bahia, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da solicitação do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 5.274, de 14 de junho de 2021.*

*A Assembleia Legislativa*

*Decreta:*

*Art. 1º - Fica renovado o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública na Bahia, com efeitos até 31 de dezembro de 2021, nos termos da solicitação do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 5.274, de 14 de junho de 2021, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com a consequente dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.”*

*Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2021.*

*Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia, 16 de junho de 2021.*

*Deputado Adolfo Menezes*

*Presidente*

*Deputado Paulo Rangel Lula da Silva  
1º Vice-Presidente*

*Deputado Júnior Muniz  
1º Secretário*

*Deputado Marcelinho Veiga  
2º Vice-Presidente*

*Deputado Alan Sanches  
2º Secretário*

*Deputado Bobô  
3º Vice-Presidente*

*Deputado Soldado Prisco  
3º Secretário*

*Deputado Paulo Câmara  
4º Vice-Presidente*

*Deputada Neusa Lula Cadore  
4ª Secretária*

*Justificativa*

*A presente proposição vem atender à solicitação do Chefe do Poder Executivo baiano, visando a prorrogação do reconhecimento pela Assembleia da ocorrência do estado de calamidade pública no Estado, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, que teve ampliada propagação em todo o País em 2021, com aumento significativo do número de óbitos – 491.164 até 15 de junho último, com um total de 17.533.221 casos confirmados de infecção. Na Bahia, foram já registrados 1.071.899 casos de infecção pelo coronavírus, com 22.749 óbitos.*

*Diversas foram as medidas adotadas pelo Governo da Bahia para minimizar os graves problemas sanitários causados pela pandemia, a exemplo da ampliação do número dos leitos de enfermagem e de UTI para atendimento dos pacientes, abertura de hospitais de campanha e criação de protocolos seguros de retomada das atividades econômicas, como a obrigatoriedade do uso de máscaras – por meio das Leis nos 14.258, de 13 de abril de 2020, e 14.261, de 29 de abril de 2020, aprovadas pelos Parlamentares desta Casa. Ressalte-se, também, o enorme esforço dos Prefeitos Municipais, todos empenhados na adoção de ações preventivas e de controle para preservar a população contra esta nefasta pandemia,*

*Outras ações foram adotadas pelo Governo com o objetivo de reduzir os problemas econômicos decorrentes, como o pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda beneficiários de tarifa social e residentes na Bahia, autorizado na forma da Lei nº 14.309, de 24 de março de 2021. Destaque também para importantes providências voltadas para o atendimento das necessidades de estudantes da rede pública escolar de ensino e a seus familiares, tais como o Projeto*

*Vale Alimentação Estudantil – PVAE, criado pela Lei nº 14.259, de 14 de abril de 2020, o Programa Mais providências Estudo e o Programa Bolsa Presença, instituídos pelas Leis nº 14.306, de 12 de fevereiro de 2021, e nº 14.310, de 24 de março de 2021, respectivamente, cabendo registrar que todas essas medidas dependeram de leis aprovadas por esta Casa de forma unânime e com a urgência necessária, após dispensas das formalidades regimentais requeridas pelos Líderes das Bancadas da Maioria e da Minoria Parlamentar.*

*Ressalte-se, ainda, citando a Mensagem do Sr. Governador, que “no Estado da Bahia houve a necessidade de manter medidas de proteção da população contra o vírus, mediante redução de interações sociais, fechamento temporário de estabelecimentos comerciais, com a conseqüente manutenção dos trabalhadores em suas residências, o que, por conseqüência ensejou evidente desaceleração na produção, circulação e consumo de bens, comprometendo todo o ciclo da cadeia econômica, com grave reflexo na capacidade de arrecadação de tributos pelo Estado. Não obstante tal fato, buscou-se possibilitar a setores impactados com tais medidas parcelamento de tributos e oferta de linha de crédito, devidamente divulgados. Urge salientar que, na forma do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, o reconhecimento do estado de calamidade pública pela Assembleia Legislativa mediante os Decretos Legislativos nº 2.041, de 23 de março de 2020, e nº 2.453, de 18 de Janeiro de 2021, foram ferramentas fundamentais e indispensáveis, diante da queda da arrecadação ocasionada pela redução brusca das atividades econômicas. Frise-se que o combate da pandemia só se faz possível diante do trabalho incansável de todos os Poderes da Administração Pública.”*

*Assim é que, considerando a persistência da pandemia e seus reflexos sociais, econômicos e de saúde pública, bem como a necessidade de atuação dos Poderes do Estado da Bahia para proteção de todos os baianos, citando mais uma vez a Mensagem, vem solicitar o Excelentíssimo Senhor Governador a renovação do reconhecimento pela ALBA do estado de calamidade pública na Bahia.*

*(Às Comissões de Constituição e Justiça; Saúde e Saneamento; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)”*

Este projeto é legal, constitucional, opino pela sua aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões o PDL nº 2.938/2021, que renova o estado de calamidade do estado da Bahia, relatado pelo deputado Antonio Henrique Jr.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

No Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

**Aprovado. Projeto de Decreto Legislativo nº 2.938/2021 (Publicado no DOEL do dia 17/6/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O segundo projeto é o projeto do município de Salvador, que é o (Lê) “*Projeto de Decreto Legislativo nº 2.939/2021*

*Prorroga o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Salvador, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da solicitação do Prefeito do Município, encaminhada por meio da Mensagem nº 5.277, de 16 de junho de 2021.”*

Para relatar, o deputado Tiago Correia.

(Silêncio)

Deputado Tiago Correia.

**O Sr. TIAGO CORREIA:** O microfone foi aberto agora.

Sr. Presidente, passo a relatar o (Lê) “*Projeto de Decreto Legislativo nº 2.939/2021*

*Prorroga o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Salvador, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da solicitação do Prefeito do Município, encaminhada por meio da Mensagem nº 5.277, de 16 de junho de 2021.*

*A Assembleia Legislativa*

*Decreta:*

*Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública no Município de Salvador, com efeitos até 31 de dezembro de 2021, nos termos da solicitação do Prefeito do Município, encaminhada por meio da Mensagem nº 5.277, de 16 de junho de 2021, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000 com a consequente dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.*

*Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2021.*

*Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia, 16 de junho de 2021.*

*Deputado Adolfo Menezes*

*Presidente*

*Deputado Paulo Rangel Lula da Silva*  
*1º Vice-Presidente*

*Deputado Júnior Muniz*  
*1º Secretário*

*Deputado Marcelinho Veiga*  
*2º Vice-Presidente*

*Deputado Alan Sanches*  
*2º Secretário*

*Deputado Bobô*  
*3º Vice-Presidente*

*Deputado Soldado Prisco*  
*3º Secretário*

*Deputado Paulo Câmara*  
*4º Vice-Presidente*

*Deputada Neusa Lula Cadore*  
*4ª Secretária*

*Justificativa*

*A presente proposição vem atender à solicitação do Prefeito da Capital baiana, visando a prorrogação do reconhecimento pela Assembleia, da ocorrência do estado de calamidade pública, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, que teve ampliada a propagação em todo o País em 2021, com aumento significativo do número de óbitos – 491.164 até 15 de junho último, com um total de 17.533.221 casos confirmados de infecção. Em Salvador, foram registrados mais de 217.000 casos, com mais de 6.600 óbitos.*

*De acordo com a Mensagem do Chefe do Executivo, “o Município vem adotando, na medida do risco mais imediato configurado em cada situação específica, ações de controle e prevenção do contágio do coronavírus e para o atendimento da população, dentre as quais se destacam as restrições de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços e a interdição de espaços públicos para uso da população, com o objetivo de evitar aglomerações e manter o isolamento social, o acolhimento da população em situação de vulnerabilidade por meio de distribuição de cestas básicas e pela garantia das condições mínimas de sobrevivência com o “Auxílio Salvador por Todos”, pela Assistência Social, assim como a expansão da rede de assistência a saúde no Município de Salvador e contratação de novos profissionais para atendimento à população, com vistas a evitar o colapso do sistema.”*

*Ainda em sua Mensagem, ressalta o Sr. Prefeito Municipal que “as medidas necessárias para proteção da população contra o vírus, notadamente a redução de interações sociais, fechamento temporário de estabelecimentos comerciais e industriais, com a manutenção dos trabalhadores em suas residências, ensejam evidente desaceleração na produção, circulação e consumo de bens, comprometendo*

*todo o ciclo da cadeia econômica, com grave reflexo na capacidade de arrecadação de tributos pelo Município.*

*Diante da gravidade decorrente da pandemia, mostra-se evidente que os impactos a serem observados na sociedade vão muito além da questão de saúde pública, afetando, diretamente, a economia como um todo, com redução das atividades de produção, transporte, consumo e serviços.”*

*Citando o recrudescimento das taxas de transmissão do coronavírus, registra ainda o Sr. Prefeito a dificuldade advinda do “esgotamento das transferências federais coincidente com esta nova fase de agravamento do quadro sanitário. Essas transferências federais somaram R\$ 553 milhões de abril a dezembro de 2020 e resumiram-se a tão somente R\$ 31 milhões de janeiro a maio do corrente exercício de 2021”, enquanto, do outro lado, “as Despesas totais empenhadas, ou seja, comprometidas com diversos tipos de ações de enfrentamento da pandemia, já alcançam R\$ 986 milhões até maio de 2021, exigindo aportes de recursos próprios municipais, que já chegaram a R\$ 402 milhões.”*

*Diante desse quadro, dos reflexos sociais, econômicos e de saúde pública, e ainda da necessidade de atuação dos Poderes do Município do Salvador para proteção de todos os soteropolitanos, vem Sua Excelência solicitar da Assembleia Legislativa a prorrogação do reconhecimento e declaração do estado de calamidade pública, para os fins previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF”.*

*(Às Comissões de Constituição e Justiça; Saúde e Saneamento; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)”*

Sr. Presidente, estando de acordo com as normas legislativas e as boas técnicas, o parecer é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.939/2021.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o PDL que prorroga o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública no município de Salvador, PDL nº 2.939/2021.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

**Aprovado. Projeto de Decreto Legislativo nº 2.939/2021 (Publicado no DOEL do dia 17/6/2021).**

O outro projeto é o (Lê) “Projeto de Decreto Legislativo nº 2.940/2021

*Prorroga, até 31 de dezembro de 2021, o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos*

que indica, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000”. São 314 municípios.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Passo a palavra, para relatar neste momento, à nobre deputada colega Maria del Carmen.

**A Sr.<sup>a</sup> MARIA DEL CARMEN LULA:** Passo a relatar o (Lê) “Projeto de Decreto Legislativo nº 2.940/2021

*Prorroga, até 31 de dezembro de 2021, o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.*

*A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

*Decreta:*

*Art. 1º - Fica prorrogado, até o dia 31 de dezembro de 2021, o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos integrantes da relação constante do Anexo Único deste Decreto, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com a consequente dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.*

*Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2021.*

*Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia, 16 de junho de 2021.*

*Deputado Adolfo Menezes*

*Presidente*

*Deputado Paulo Rangel Lula da Silva  
1º Vice-Presidente*

*Deputado Júnior Muniz  
1º Secretário*

*Deputado Marcelinho Veiga  
2º Vice-Presidente*

*Deputado Alan Sanches  
2º Secretário*

*Deputado Bobô  
3º Vice-Presidente*

*Deputado Soldado Pris  
3º Secretário*

*Deputado Paulo Câmara  
4º Vice-Presidente*

*Deputada Neusa Lula Cadore  
4ª Secretária*

### *Justificativa*

*Mais uma vez a Mesa Diretora traz à apreciação dos parlamentares desta Casa um projeto de decreto legislativo propondo a prorrogação do prazo de reconhecimento, pela Assembleia, do estado de calamidade pública de centenas de municípios baianos, que já se encontram com a situação reconhecida pela ALBA.*

*Desta vez a proposta é de que o referido reconhecimento se estenda até o final do ano, esperando-se, nesse período, a vacinação em massa do povo baiano. Apesar das medidas de enfrentamento e combate ao coronavírus adotadas pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras Municipais, a pandemia ganhou força, entrando em nova fase de recrudescimento. É fato que enfrentamos uma 2ª onda da Covid-19, com crescimento das taxas de contaminação e morte, devendo-se manter as medidas já adotadas de enfrentamento desta emergência em saúde pública para a proteção da sociedade. Ressalte-se que, até a presente data, na Bahia foram constatados um total de 1.071.899 casos de infecção pelo coronavírus, com 22.749 óbitos. O reconhecimento, pela Assembleia, do estado de calamidade pública dos municípios, faz-se necessário notadamente para a dispensa do atingimento das metas fiscais e limitações de empenho estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000). Cumpre, portanto, o Poder Legislativo, mais uma vez, o seu dever de prestar apoio aos municípios baianos e à população do Estado, para o enfrentamento a uma das mais graves crises deste século, seja com relação à saúde das pessoas e às dificuldades do sistema hospitalar, seja no que respeita à produção econômica e à geração de emprego e renda.*

### **ANEXO ÚNICO**

#### **MUNICÍPIOS COM PRAZO DE RECONHECIMENTO DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA PRORROGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>DL Nº</b>	<b>PUBLICAÇÃO</b>
<i>Abáira</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Abaré</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Acajutiba</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Adustina</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Água Fria</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Aiquara</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Alagoinhas</i>	<i>2.466/2021</i>	<i>16/6/2021</i>
<i>Almadina</i>	<i>2.462/2021</i>	<i>11/3/2021</i>
<i>Amargosa</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>

<i>Amélia Rodrigues</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>América Dourado</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Anagé</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Andaraí</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Andorinha</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Anguera</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Antas</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Antônio Cardoso</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Apuarema</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Aracatu</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Araci</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Aramari</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Aratuípe</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Baixa Grande</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Barra</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Barra da Estiva</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Barra do Choça</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Barra do Mendes</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Barra do Rocha</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Barreiras</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Barro Alto</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Barro Preto</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Belmonte</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Biritinga</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Boa Nova</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Boa Vista do Tupim</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Bom Jesus da Lapa</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Bom Jesus da Serra</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Boninal</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Bonito</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Boquira</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Botuporã</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Brejões</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Brejolândia</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Brumado</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>

<i>Buerarema</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Buritirama</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Caatiba</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Cabaceiras do Paraguaçu</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Cachoeira</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Caculé</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Caém</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Caetanos</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Caetité</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Cafarnaum</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Cairú</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Caldeirão Grande</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Camacã</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Camaçari</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Camamu</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Campo Alegre de Lourdes</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Canápolis</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Candeias</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Candiba</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Cândido Sales</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Cansanção</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Canudos</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Capela do Alto Alegre</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Caraíbas</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Cardeal da Silva</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Carinhanha</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Castro Alves</i>	<i>2.463/2021</i>	<i>20/3/2021</i>
<i>Catu</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Caturama</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Central</i>	<i>2.463/2021</i>	<i>20/3/2021</i>
<i>Chorrochó</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Coaraci</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Cocos</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Conceição da Feira</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Conceição do Almeida</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>

<i>Conceição do Coité</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Conceição do Jacuípe</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Conde</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Condeúba</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Contendas do Sincorá</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Coração de Maria</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Cordeiros</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Coribe</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Correntina</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Cotegipe</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Crisópolis</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25//2/2021</i>
<i>Cruz das Almas</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Curaçá</i>	<i>2.465/2021</i>	<i>30/4/2021</i>
<i>Dias D'Ávila</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Dom Basílio</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Dom Macedo Costa</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Érico Cardoso</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Esplanada</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Euclides da Cunha</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Eunápolis</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Feira da Mata</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Feira de Santana</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Filadélfia</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Firmino Alves</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Floresta Azul</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Gentio do Ouro</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Glória</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Gongogi</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Governador Mangabeira</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Guajeru</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Guanambi</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Guaratinga</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Iaçu</i>	<i>2.459/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Ibiassucê</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25//2/2021</i>
<i>Ibicaraí</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>

<i>Ibicoara</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ibicuí</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Ibipeba</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ibipitanga</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ibiquera</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Ibirapuã</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Ibirataia</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ibitiara</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ibotirama</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Ichu</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Igaporã</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Inhambupe</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ipiauí</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ipupiara</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Iramaia</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Iraquara</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Irará</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Irecê</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itabela</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Itabuna</i>	<i>2.463/2021</i>	<i>20/3/2021</i>
<i>Itacaré</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itaetê</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Itagi</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Itagibá</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Itagimirim</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Itaguaçu da Bahia</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Itaju do Colônia</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Itajuípe</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itamaraju</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Itamari</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Itambé</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Itanhém</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itaparica</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itapé</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itapebí</i>	<i>2.462/2021</i>	<i>11/3/2021</i>

<i>Itapetinga</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itapitanga</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itarantim</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Itiruçu</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Itiúba</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Itororó</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ituaçu</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ituberá</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Iuiu</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Jaborandi</i>	<i>2.463/2021</i>	<i>20/3/2021</i>
<i>Jacobina</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Jaguaquara</i>	<i>2.462/2021</i>	<i>11/3/2021</i>
<i>Jaguarari</i>	<i>2.465/2021</i>	<i>30/4/2021</i>
<i>Jequié</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Jeremoabo</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Jiquiriçá</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Jitaúna</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>João Dourado</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Juazeiro</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Jucuruçu</i>	<i>2.457/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Jussari</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Jussiape</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Lafaiete Coutinho</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Lagedo do Tabocal</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Lagoa Real</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Lajedão</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Lajedinho</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Lamarão</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Lapão</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Lauro de Freitas</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Lençóis</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Licínio de Almeida</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Livramento de N. Senhora</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Macaçuba</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Macaúbas</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>

<i>Madre de Deus</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Maetinga</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Malhada</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Malhada de Pedras</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Manoel Vitorino</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Mansidão</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Maracás</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Maragogipe</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Marauí</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Marcionílio Souza</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Mata de São João</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Matina</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Miguel Calmon</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Milagres</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Mirangaba</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Mirante</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Monte Santo</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Morro do Chapéu</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Mortugaba</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Mucugê</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Mucuri</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Mulungu do Morro</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Mundo Novo</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Muniz Ferreira</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Muritiba</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Mutuípe</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Nazaré</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Nilo Peçanha</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Nova Canaã</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Nova Ibiá</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Nova Redenção</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Nova Viçosa</i>	<i>2.456/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Novo Horizonte</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Novo Triunfo</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Oliveira dos Brejinhos</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>

<i>Ouriçangas</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Ourolândia</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Palmas de Monte Alto</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Palmeiras</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Paramirim</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Paratinga</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25//2/2021</i>
<i>Paulo Afonso</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Pé de Serra</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Piatã</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Pindai</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Pindobaçu</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Pintadas</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Pirai do Norte</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Piripá</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Piritiba</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Planaltino</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Planalto</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Poções</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Pojuca</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ponto Novo</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Porto Seguro</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Prado</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Presidente Dutra</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Pres. Jânio Quadros</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Pres. Tancredo Neves</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Queimadas</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Quijingue</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Quixabeira</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Rafael Jambeiro</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Remanso</i>	<i>2.463/2021</i>	<i>20/3/2021</i>
<i>Retirolândia</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Riachão das Neves</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Riachão do Jacuípe</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Riacho de Santana</i>	<i>2.462/2021</i>	<i>11/3/2021</i>
<i>Ribeira do Amparo</i>	<i>2.466/2021</i>	<i>16/6/2021</i>

<i>Ribeirão do Largo</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Rio de Contas</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Rio do Antônio</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Rio do Pires</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Rio Real</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Rodelas</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Ruy Barbosa</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Salinas da Margarida</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Salvador</i>	<i>2.454/2021</i>	<i>19/1/2021</i>
<i>Santa Bárbara</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Santa Cruz da Vitória</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Santa Inês</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Santa Luzia</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Santa Maria da Vitória</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Santanópolis</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>São Domingos</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>São Félix</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>São Felix de Coribe</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>São José da Vitória</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>São José do Jacuípe</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>São Miguel das Matas</i>	<i>2.463/2021</i>	<i>20/3/2021</i>
<i>São Sebastião do Passé</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Sapeaçu</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Sátiro Dias</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Saúde</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Sebastião Laranjeiras</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Senhor do Bonfim</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Serra do Ramalho</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Serra Dourada</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Serra Preta</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Serrinha</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Simões Filho</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Sítio do Mato</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Sítio do Quinto</i>	<i>2.464/2021</i>	<i>23/4/2021</i>
<i>Sobradinho</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>

<i>Souto Soares</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Tabocas do Brejo Velho</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Tanhaçu</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Tanque Novo</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Tanquinho</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Tapiramutá</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Teixeira de Freitas</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Teodoro Sampaio</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Terra Nova</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Tremedal</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ubaíra</i>	<i>2.463/2021</i>	<i>20/3/2021</i>
<i>Ubaitaba</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Ubatã</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Uibaí</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Uma</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Urandi</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Utinga</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Valença</i>	<i>2.460/2021</i>	<i>11/2/2021</i>
<i>Várzea Nova</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Varzedo</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Vereda</i>	<i>2.461/2021</i>	<i>25/2/2021</i>
<i>Vitória da Conquista</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Wagner</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Wanderley</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021</i>
<i>Wenceslau Guimarães</i>	<i>2.458/2021</i>	<i>29/1/2021</i>
<i>Xique-Xique</i>	<i>2.455/2021</i>	<i>23/1/2021”</i>

Assinado pelo deputado Adolfo Menezes, presidente, e demais deputados da Mesa Diretora.

O projeto é legal, obedece a todos os trâmites legislativos, e apresento o pedido de aprovação do presente projeto.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o PDL nº 2.940/2021, que acaba de ser relatado pela deputada Maria del Carmen, o projeto prorroga o estado de calamidade de 314 municípios da Bahia.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovadas as prorrogações dos decretos de calamidade até 31 de dezembro deste ano, 2021. **Projeto de Decreto Legislativo nº 2.940/2021 (Publicado no DOEL do dia 17/6/2021)**

Srs. Deputados, vamos a seguir para a votação da Proposta de Emenda Constitucional nº 163/2021, de procedência do Poder Executivo. É bom dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que requer votação em dois turnos. Então, ao final desta sessão, convocarei, 1 minuto após, outra sessão para votarmos em segundo turno, como a lei requer.

Acabamos de ouvir há pouco a explicação do líder do Governo, deputado Rosemberg. Hoje, pela manhã, tivemos uma reunião com os líderes da Oposição, na qual foi explicado todo esse projeto, que não traz nenhum prejuízo para os servidores. Então, vamos à votação.

(Lê) *“Proposta de emenda Constitucional nº 163/2021*

*Modifica regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis do Estado da Bahia, e dá outras providências.”*

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar... É... como já foi aprovado... como já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, eu vou colocar em votação. **(Parecer relatado pelo Deputado Zé Raimundo Lula, favorável ao texto original.)**

Para discutir, o deputado Hilton Coelho, que solicitou.

**O Sr. HILTON COELHO:** Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, ocupamos esta tribuna aqui, Sr. Presidente, para fazer uma discussão fundamental sobre o que tem sido o processo de definição dessa mudança constitucional em relação ao regime de Previdência dos servidores públicos do estado da Bahia.

A primeira coisa que me parece muito importante destacar, Sr. Presidente, é que essa necessidade de correção, porque esse é o argumento do governo, o governo tem tido dificuldade administrativa por não possuir os arquivos necessários para retomar os 30 anos da vida funcional dos servidores e das servidoras... Portanto, é dizer, é falar do direito desses servidores, servidoras individualmente. O próprio argumento que está sendo utilizado pelo governo denuncia como uma questão previdenciária tem sido tratada nesta Casa.

A aprovação da reforma constitucional estadual foi feita contra o nosso voto, contra o voto do Partido Socialismo e Liberdade, foi feita de maneira atropelada, atabalhoada e faz com que o governo tenha que fazer esse tipo de correção, que não seria necessária se fosse apenas essa correção, se o processo tivesse sido um processo democrático, envolvendo as categorias.

Há muitas mãos, foi debatido a muitas mãos, feito a muitas mãos, enfim, esse não foi o processo de aprovação daquela PEC. Vamos lembrar que ela foi aprovada em um período de recesso, de férias, para que não existisse justamente a participação direta dos servidores e das servidoras, e nós vimos como foi aguerrida a postura de um conjunto de categorias, e aqui vamos lembrar dos policiais civis e dos policiais penais que ocuparam a ALBA em protesto em relação ao percentual de aprovação daquele projeto, mais o conjunto das categorias da área de educação... Lembro-me que os professores das universidades estaduais também, os professores do ensino básico, um conjunto de categorias, os fazendários, enfim, um conjunto enorme de categorias ocuparam as dependências da ALBA para garantir que o processo não fosse autoritário, mas, infelizmente, ele se impôs assim. O governo mesmo aponta a necessidade, por uma situação administrativa, de tentar rever o que foi aprovado dessa maneira atropelada lá atrás.

A segunda questão é que há a repetição de um erro grave a nosso ver. O projeto, mais uma vez, não passa pelo Funprev, que é o conselho responsável por fazer a discussão. Legalmente, ele precisaria ter avaliado esse projeto para que viesse ao Plenário, viesse à Assembleia Legislativa como proposta do governo.

E, por fim, não há consulta ao conjunto dos servidores no contexto pandêmico. E é justamente o ponto fulcral desse problema de processo democrático, Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, a meu ver, que está definido na posição do governo de em um dia anunciar que vai votar o projeto no dia seguinte. Então, nós tivemos 24 horas para chamar as categorias para elas dizerem qual é o posicionamento em relação a esse projeto.

E o projeto, que parece extremamente simples, na verdade não é. Por quê? É um projeto com poucos artigos de fato, mas que versa sobre uma complexidade de categorias muito grande, o número de categorias muito grande e uma complexidade interna das categorias muito grande também.

Então, ele precisaria ter sido avaliado de maneira minuciosa por esse conjunto das categorias, pela totalidade delas, e por cada uma delas na sua especificidade, mas isso é impossível de ser feito em 24 horas.

Eu não estou dizendo que o projeto está disponível há 24 horas. O projeto já estava disponível, mas a decisão do governo de votar em 24 horas, a meu ver, caracteriza um erro lamentável. E é esse erro lamentável que nós queremos, aqui, evidenciar. Senão as categorias não estariam protestando, e os protestos existem.

O líder do Governo disse que conversou com o presidente do Sindipoc. De fato houve a conversa, eu confirmei com o presidente do Sindipoc. Só que o resultado da conversa não foi o que transpareceu na fala do líder do Governo, porque nós, hoje, à tarde, conversamos. Ele acabou de sair do nosso gabinete.

Entende-se que houve algum nível de identificação, mas o presidente do Sindicato dos Policiais Civis nos declarou que falou de uma maneira contundente ao líder do Governo que não existia consenso em relação a essa propositura. E na avaliação da categoria, a categoria teria danos, e danos que criariam uma situação muito difícil para grande parte dos policiais e das policiais civis.

O deputado Zé Raimundo está com o microfone aberto. Eu pediria que desligasse.

Então...

O deputado Zé Raimundo está com o microfone ligado. Eu peço que a fala não tenha interferência, que desligue o microfone, deputado José Raimundo, por favor.

Então, em relação aos policiais civis, é dessa maneira.

Nós também tivemos uma reunião com os professores das universidades estaduais, uma reunião anterior a esta sessão, e o posicionamento foi o mesmo: existe um parecer do Andes que revela que vão existir perdas para parte da categoria, que são perdas significativas.

Da mesma forma, os trabalhadores da Fazenda fizeram uma afirmação de maneira tão categórica.

E os trabalhadores da rede básica e da Saúde também têm muitas dúvidas, pela diferença das cargas horárias, de que isso traria problemas para uma parte da categoria.

Ou seja, existe uma situação de questionamento incisivo de uma parte, ou melhor, de um posicionamento convicto de uma parte das categorias e uma dúvida generalizada pelo serviço público.

É precisamente em relação a isso que nós estamos querendo trazer esse debate e sensibilizar os deputados e as deputadas para que não votem em 24 horas, nesse espaço de tempo do anúncio por parte do governo de que vai votar o projeto no dia posterior.

E especialmente os deputados que têm uma relação com os movimentos sociais e os deputados também do bloco da Oposição que peçam vista a esse projeto, para que a gente tenha a condição de fazer o debate com as categorias com a segurança que o líder do Governo parece transparecer. Para nós, a discussão com os policiais civis, a nosso ver, é emblemática.

Os policiais já têm o reconhecimento do STJ, do STF que eles devem ter direito à integralidade, ou seja, a aposentadoria com o último salário, a maior remuneração que eles têm no trajeto da sua carreira, de maneira similar aos policiais militares.

Qual seria a obrigação deste Parlamento, já que os tribunais superiores deste país já reconheceram? A obrigação deste Parlamento é a de fazer a discussão de que o governo, aqui, o nosso Executivo, deveria fazer a alteração do projeto. Mas deveríamos ter uma emenda para garantir essa integralidade, para garantir o valor do último salário aos policiais civis, assim como corrigir distorções dessa proposta que podem impactar na área de educação, nas categorias dos fazendários, da saúde e da educação básica também. Quando falei em educação anteriormente, eu falava do nível superior, mas da educação básica também. É essa a discussão que nós deveríamos estar fazendo aqui.

Além disso, não foram apresentados também os estudos atuariais. É importante, porque nós queremos saber quais são os impactos, se renova o erro que foi feito na reforma anterior em que os estudos atuariais não foram apresentados

Então, essa perspectiva de alteração para os últimos 10 anos parece algo simples, mas, como eu disse, são poucos artigos, mas estão voltados a uma complexidade

enorme que são as diversas categorias e as especificidades internas de cada uma dessas categorias do serviço público.

Por isso é um equívoco, volto a dizer, fazer uma votação que acontece depois de um dia de ser anunciado.

Então, para nós, um outro componente também é a possibilidade de aumento da alíquota. Isso é uma outra polêmica muito forte, porque já houve pelo menos dois aumentos de alíquotas, e nós, sem os estudos atuariais, principalmente, não podemos ter nenhuma segurança de que esse aumento não vai acontecer. E o projeto acaba viabilizando, não ele em si, mas acaba abrindo possibilidades, a nosso ver, nesse sentido também.

Então, Sr. Presidente, é em função, principalmente, da ausência do debate democrático.

Volto a dizer aqui, se nós, se alguém pedir vista a esse projeto, se os deputados da Oposição... Não posso fazer. Eu quero esclarecer aqui, através da *TV Alba*, das redes sociais da nossa Assembleia Legislativa, que o nosso mandato da resistência não pode fazer. O mandato do PSOL e a unidade popular do PCB não podem fazer isso porque nós não somos membros da CCJ. Se fôssemos membros efetivos, membros da comissão, nós poderíamos pedir vista ao projeto, mas não podemos fazer isso. Teria de ser algum dos deputados que têm essa prerrogativa.

Se isso acontecer, nós podemos, no espaço de algumas semanas, fazer um debate democrático sobre o que já foi elaborado pelas categorias. Nós podemos fazer uma sequência de audiências públicas e, aí, com a segurança que diz ter o líder do Governo, ir para a votação no sentido de afirmar um ganho para as categorias e não no sentido de perda, um sentimento de perda e um sentimento de dúvida e fragilização ainda maior para uma categoria que vem sendo... para categorias que vêm sendo, no último período, tão fragilizadas, para categorias que estão sofrendo com o congelamento salarial de anos, para categorias que veem as redefinições nacionais desse governo ultraliberal e neofascista com uma angústia enorme porque sabe que isso vai ter rebatimento tanto nos estados como nos municípios, com a categoria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

**O Sr. HILTON COELHO:** (...) submetida a todo um receio em relação à reforma administrativa que pode destroçar a máquina pública, na prática, acabando com as carreiras no serviço público.

É essa categoria que, a nosso ver, merece mais consideração, mais respeito por parte dessa Casa.

Por isso, eu faço esse apelo, vamos retirar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

**O Sr. HILTON COELHO:** (...) vamos pedir vista ao projeto, para que a gente possa fazer um debate, através de audiências públicas, de maneira democrática, envolvente e que represente, realmente, um ganho para os servidores públicos, para o próprio serviço público, então, para a própria população baiana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton Coelho, eu gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, infelizmente, não cabe mais pedido de vista, porque já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, o deputado líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto.

Deputado Rosemberg, falta abrir o microfone.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Agora não sou eu, não, presidente, é a sua assessoria técnica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos lá.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, vou encaminhar.

Primeiro, quero, aqui, fazer uma colocação para não ficar no colo dos deputados da Oposição que não se pediu vista. Não sei se o deputado não atentou para o Regimento. Não é ele. Nenhum deputado pode pedir vista porque esse projeto foi votado com o relatório publicado a partir do seu relator. Regimentalmente, qualquer parlamentar pode apresentar relatório paralelo e votar um contra o outro, regimentalmente, mas pedir vista não pode. Então, nenhum deputado pode ser responsabilizado por isso porque o Regimento não permite. Para ficar claro.

Outra questão – e vou apenas encaminhar aqui porque alguns deputados não estavam presentes hoje, pela manhã –, na minha fala inicial, diferentemente do que foi apresentado na discussão do deputado Hilton, disse que o projeto traz dois pontos.

Um dos pontos diz respeito à ampliação do direito de pensão para estudantes que têm até 24 anos e estão em curso na universidade. Poderia receber a pensão de um ou de outro, do pai ou da mãe se ambos fossem servidores públicos. Esse item aqui possibilita que o estudante, na perda dos seus familiares ou da totalidade, o pai e a mãe, receba a pensão dos dois. Haverá uma somatória até completar 24 anos. Então, não há que se falar em perda de direito.

Com relação ao outro ponto, ele apenas regulamenta a forma de contabilizar as verbas transitórias para a aposentadoria. Não entra em nenhum mérito das questões.

Por isso que eu tenho dito, e disse nesse instante aqui... Se ele falou outra coisa para você, perdoe, mas o que eu disse ao presidente do Sindpoc é que ele pode reivindicar o que quiser, mas não está sendo tema de debate nessa PEC. Por conta disso, não impacta negativamente em nada nos servidores da Polícia Civil nem nos professores.

Acabei de receber um *e-mail* da minha querida amiga Nilza, lá de Barreiras, professora do estado da Bahia há muitos anos.

Então, no projeto, se antes eram calculadas as verbas transitórias se contabilizando os últimos 30 anos, serão contabilizados para a aposentadoria os últimos 10 anos. Não são os últimos 10 anos de hoje, não, são os últimos 10 anos anteriores à data da aposentadoria, que é exatamente o período em que qualquer profissional, seja

ele do setor privado seja ele do setor público, recebe as suas maiores remunerações. E por conta disso qualquer gratificação, hora-extra e tal e tal, tem a maior repercussão dos últimos anos. Quando se faz a média salarial dos últimos 30 anos e a média salarial dos últimos 10, não há Matemática para dizer que alguém vai receber menos. Vai receber mais contabilizando-se a média dos últimos 10 anos.

Então, não é um projeto que traz qualquer prejuízo. Professores, talvez todos os servidores, policiais civis, delegados, questionam a PEC de 2020, mas não é isso que nós estamos debatendo.

Eu disse para o presidente do sindicato aqui: “Você está debatendo um tema na hora errada.”

Ele me pediu, deputado Hilton, para, assim que passar esse período, voltarmos a abrir uma discussão sobre o que ele reivindica, que é a integralidade, e não é isso que está aqui. Então, se ele disse outra coisa, eu não sei, mas aqui estavam dois advogados juntos e eu tenho a convicção de que confirmarão o meu posicionamento.

Então, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, eu quero encaminhar no sentido de a gente votar positivamente a esse projeto.

Agradeço pelas manifestações de solidariedade que recebi do deputado Prisco, do deputado Tiago, do deputado Paulo Rangel, alguns na sessão, outros no privado, devido ao áudio feito – deputado Hilton, eu mandarei para o seu *zap* – por esse presidente do sindicato. Mesmo depois dele fazer o áudio eu ainda o recebi. Poderia não o ter feito, mas eu não tenho a indelicadeza que ele acha que eu tenho. Talvez por conta do espelho da casa dele, acredita que todos são iguais a ele. O recebi aqui.

Quero agradecer a todos os deputados pelas manifestações de solidariedade por uma possível ameaça. Não é bem uma ameaça, mas uma forma caluniosa com que ele expôs a minha imagem. E agradecer também pela construção coletiva desse projeto.

Se alguém não chamou a audiência pública foi porque não quis, porque tempo teve. Se alguém não chamou as categorias para debater anteriormente foi porque não quis, porque tempo teve. Agora, não pode jogar a responsabilidade para a Base do Governo e a Base da Oposição, que se posicionaram favoravelmente a essa PEC, ao projeto de lei.

Nesse sentido, solicito aos meus queridos colegas o voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, depois de ouvirmos o encaminhamento do nobre líder da Maioria, deputado Rosemberg, gostaria de dizer a todos os deputados que vocês votarão como nós votamos ontem, mas com uma diferença – o líder Rosemberg recomenda o “sim” –, o voto não é secreto, os votos vão aparecer aqui, no Plenário, onde eu estou. Aqui, no painel, vai aparecer a forma de votação: “sim” ou “não”. Não é secreto. Vocês vão votar como ontem, mas o voto aparece. Ontem foi secreto, hoje aparecerá o voto “sim” ou “não” de cada deputado.

Então, nós precisamos de 38 votos favoráveis para a sua aprovação, e essa votação se dará em dois turnos.

V. Ex.<sup>as</sup> podem iniciar a votação.

Qualquer dúvida, favor entrar em contato com nossa assessoria aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem pediu para encaminhar? Não me chegou aqui.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpe-me, deputado Tiago.

Para encaminhar, o deputado Tiago Correia. Desculpe-me.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, como todos sabem, o nosso líder Sandro Régis não está participando da sessão hoje. Ele pediu que eu conduzisse e, dada a complexidade, a sensibilidade da matéria e até a discordância de alguns da nossa bancada, nós decidimos por liberar a nossa bancada. Então, cada qual vota de acordo com o seu entendimento da matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, o deputado Tiago Correia, como líder da Oposição, libera a sua bancada.

O líder do Governo, deputado Rosemberg, recomenda o “sim”.

Precisamos de 38 votos, recapitulando.

E o deputado Tiago Correia, como líder da Oposição, em substituição ao deputado Sandro Régis, libera a bancada.

Em votação.

Mais uma vez, Srs. Deputados, os votos serão computados e aparecerá aqui, no nosso telão, “sim” ou “não”. Não é secreto.

Em votação.

Srs. Deputados, é o mesmo sistema de ontem, é o *SevWeb*, e da mesma forma que vocês votaram ontem.

O Sr. Euclides Fernandes: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Euclides.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu estou com dificuldade aqui para poder fazer a votação secreta. Eu posso ir ao plenário?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode. Se V. Ex.<sup>a</sup> estiver aqui, na Casa, sem problema.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu estou. Eu quero participar da votação, mas estou sem condição. O meu assessor que trabalha nesse setor já foi embora. Eu pensei que não tinha votação secreta hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É um prazer...

O Sr. Euclides Fernandes: Então, eu vou ao plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É um prazer recebê-lo aqui, na sua Casa, no Plenário.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu vou ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): E os demais deputados que estiverem aqui, na Casa, sem problema. Obedecendo às restrições de distanciamento, usando máscara, sem problema.

Tem de votar no painel, usando o mesmo sistema de ontem, o *SevWeb*.

O Sr. Angelo Almeida: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Angelo.

O Sr. Angelo Almeida: Teremos outra votação após essa ou essa sessão vai encerrar depois de votado esse projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Angelo.

O Sr. Angelo Almeida: Presidente, primeiro, boa tarde, parabéns pela condução do processo.

Nós teremos outra votação para além dessa ou, concluída essa votação, encerra-se a sessão?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nós temos, logo em seguida, a votação em segundo turno dessa PEC. Temos também o outro projeto de nº 24.196. Depois, os projetos dos deputados. Não vai demorar muito.

E também gostaria de dizer que os deputados que não conseguirem votar, em virtude de não ser secreto eu posso tentar perguntar a cada um deputado que não conseguir votar pelo sistema.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para agilizar, nós poderíamos fazer a votação nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu tentei fazer assim, mas os técnicos aqui acharam que podia ser pelo painel sem problema. Eu acho que é até mais rápido.

Então, eu vou chamar cada...

O nosso técnico aqui, Ernâni, vai abrir os microfones de todo mundo, mas eu peço aos deputados, na ordem, que deixem para abrir quando for chegando a sua vez. O.k.? Porque, se todos abrirem, pode dar problema. Eu vou iniciar, vou chamando.

Srs. Deputados, como não é secreta, nós vamos chamar cada deputado. Todos os microfones serão abertos, mas eu peço que só abram quando estiver chegando a sua ordem de votação para não termos problemas. O.k.? E aquele deputado que eu chamar se, por acaso, não entrar na hora, depois eu retorno durante todo o tempo de votação.

Como vota o deputado Aderbal?

Repetindo: o líder Rosemberg, líder do Governo e da Maioria, recomenda o “sim”. O líder da Oposição em exercício, deputado Tiago, libera a sua bancada.

Portanto, vou iniciar a votação.

Como vota, Aderbal?

Aderbal já votou.

O Sr. Capitão Alden: Presidente, meu voto é “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan Castro.

O Sr. Alan Castro: Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., deputado Alan, aniversariante do dia.

Os deputados Alan Sanches e Alex também já votaram.

Deputados Alex Lima, Antonio Henrique Jr., Bira Corôa...

O Sr. Bira Corôa: “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Bobô já votou.

Deputados Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios – já votou –, Diego Coronel... Como vota Diego Coronel? Pois não.

O deputado Euclides Fernandes, presente no Plenário, vota “sim”.

Deputados Eduardo Alencar – Eduardo Salles e Fabíola já votaram –, Fabrício Falcão...

O Sr. Fabrício Falcão: Sr. Presidente, voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Fátima Nunes.

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Nunes: “Sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Fátima Nunes, o.k.

Deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: “Não”, Sr. Presidente. Voto “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ivana Bastos, que estava aqui na tela, já votou?

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Já tinha votado no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Ivana Bastos, “sim”. O deputado Jacó também já votou aqui no painel.

Deputados José de Arimateia, “não”.

Deputados Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira...

O Sr. Jurandy Oliveira: Jurandy Oliveira, Sr. Presidente, “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Jurailton, “não”.

Deputados Laerte do Vando, Luciano Simões – Luiz Augusto votou “sim”, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo e Maria del Carmen já votaram “sim”. Marquinho Viana...

O Sr. Marquinho Viana: “Sim”, meu presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquinho Viana, “sim”.

Deputadas Mirela Macedo e Neusa Cadore também votaram “sim”.

Deputado Niltinho, deputada Olívia Santana...

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Osni Cardoso e Pastor Isidório, “sim”.

Deputado Paulo Câmara já votou. Paulo Rangel, “sim”. O deputado Pedro Tavares ainda não votou. Deputado Roberto Carlos, “sim”. O deputado Robinho não está presente no painel. Robinson Almeida, “sim”. O deputado Rogério Andrade Filho falta votar. Rosemberg Pinto, “sim”. Samuel Junior falta votar.

Sandro Régis, Soldado Prisco...

O Sr. Soldado Prisco: O meu voto é “não”, mas já votei lá no painel. Meu voto, para confirmar, é “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Talita não está presente. Deputado Tiago Correia...

O Sr. Tiago Correia: Votei no painel. Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tiago Correia, “sim”.

Tom Araujo, ausente. O deputado Tum ainda não votou. Deputado Vitor Bonfim, ausente. Deputado Zé Raimundo, “sim”. Deputado Zó.

Como estamos ainda no tempo de votação, vou chamar novamente.

Deputados Alex Lima, Antonio Henrique Jr.. Deputado Antonio Henrique Jr. vota “sim”.

Deputados Carlos Ubaldino e Dal deram presença, mas não estão conectados.

Deputados Diego Coronel e Eduardo Alencar. Como vota, deputado? Rosemberg recomenda “sim”. Deputado Eduardo Alencar...

O Sr. Diego Coronel: Presidente, registre meu voto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Registre, deputado Diego.

Deputada Fátima Nunes, também já registrei seu voto “sim”. Deputado José de Arimateia, “não”; deputado Júnior Muniz, “sim”; deputado Jurandy Oliveira, “sim”; Jurailton, “não”; Jusmari, “sim”; Kátia Oliveira, ausente; Luciano Simões não votou; Luiz Augusto, “sim”; Marcelinho, “sim”; Marcelino Galo, “sim”; Maria del Carmen, “sim”; Marquinho Viana, “sim”; Mirela Macedo, “sim”.

Um minuto, por favor. (Pausa)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Começamos a votar às 16h49min, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso. Temos ainda 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas eu acho que já chegamos aos 38 votantes... Não? Quando chegarem os 38, para não ficarmos aguardando muito...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, deputado. Vou mandar contar aqui. (Pausa)

Srs. Deputados, V. Ex.<sup>as</sup> querem saber quem votou “sim”? É bom que se diga que esta votação se dará em dois turnos.

O presidente não vota.

Os seguintes deputados votaram “sim”: Aderbal, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Almeida, Antonio Henrique, Bira Corôa, Bobô. O deputado Alex Lima não está presente.

Deputado Rosemberg, para V. Ex.<sup>a</sup>, como líder, ver os deputados que não estão presentes. O deputado Alex Lima não está presente.

Bira Corôa e Bobô, “sim”; Capitão Alden... O Capitão Alden votou? Espere aí. O Capitão Alden não votou, não, mas está aqui como se ele tivesse votado. Você errou aqui, mas tudo bem, o.k.

Carlos Geilson votou “não”. Carlos Ubaldino e Dal não estão presentes. O deputado David Rios votou “não”.

Então, continuando, votaram “sim”: Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes... O deputado Hilton Coelho votou “não”.

Ivana Bastos, “sim”; Jacó da Silva, “sim”; Josafá Marinho, “não”; José de Arimateia, “não”; Júnior Muniz, “sim”; Jurailton Santos, “não”; Jurandy Oliveira, “sim”; Jusmari Oliveira, “sim”; Kátia Oliveira, ausente; Laerte do Vando, “não”; Luciano Simões Filho não votou; Luiz Augusto, “sim”; Marcelino Galo Lula, “sim”; Marcelinho Veiga, “sim”; Maria del Carmen, “sim”; Marquinho Viana, “sim”; Mirela Macedo, “sim”; Neusa Lula Cadore, “sim”; Niltinho, ausente; Olívia Santana, “sim”; Osni Oliveira, “sim”; Pastor Isidório, “sim”; Paulo Câmara, “sim”; Paulo Rangel, “sim”; Pedro Tavares não votou; Roberto Carlos, “sim” Robinho, ausente da sessão; Robinson Almeida, “sim”; Rogério Andrade não votou; Rosemberg Pinto, “sim”; Samuel Junior, “sim”; Sandro Régis, ausente; Soldado Prisco, “não”; Talita Oliveira, ausente; Tiago Correia, “sim”; Tom Araujo, ausente; Tum não votou.

Ninguém me ouve? Eu já falei, deputada Fátima. Eu vou ler depois só os que votaram, os que estão ausentes e os que não votaram. Deputado Niltinho apareceu agora aí. Como vota, deputado Niltinho?

O Sr. Niltinho: Presidente, deputado Niltinho. Eu votei “sim” também, presidente. Já votei.

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Nunes Lula: Eu marquei “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já foi computado, deputada Fátima. Deputado Tum não votou; deputado Vitor Bonfim, ausente; Zé Raimundo, “sim”; deputado Zó, “sim”.

Quarenta votos “sim”. Portanto, aprovada em primeiro turno a PEC.

## **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 163/2021**

**Modifica regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis do Estado da Bahia, e dá outras providências.**

**A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

**Art. 1º** - O §7º do art. 42 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.42** - .....

.....

§ 7º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria do Regime de Previdência de que trata o *caput* deste artigo, será utilizada a média aritmética simples das maiores remunerações, subsídios e salários de contribuição adotados como base para contribuições a Regime Próprio de Previdência Social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 90% (noventa por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

.....” (NR)

**Art. 2º** - O § 7º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 26, de 31 de janeiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes modificações e acréscimos:

“**Art. 3** - .....

.....

§ 7º - Incluem-se na fixação dos proventos das aposentadorias com fundamento no disposto no inciso I do § 5º deste artigo e no inciso I do § 2º do art. 4º desta Emenda Constitucional, observado o disposto em lei específica, as gratificações e vantagens percebidas pelo servidor, segundo os seguintes critérios:

I - se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo dos proventos pela média aritmética simples da carga horária nos 10 (dez) anos anteriores ao requerimento ou à aquisição do direito à aposentadoria, assegurada a opção pelo marco mais benéfico;

II - se as gratificações ou vantagens forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, integrarão o cálculo dos proventos mediante a aplicação da média aritmética simples do indicador nos 10 (dez) anos anteriores ao requerimento ou à aquisição do direito à aposentadoria sobre o valor atual das gratificações ou vantagens variáveis, assegurada a opção pelo marco mais benéfico;

III - se as gratificações ou vantagens não estiverem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, integrarão o cálculo dos proventos pela média aritmética simples dos valores ou percentuais recebidos nos 10 (dez) anos anteriores ao requerimento ou à aquisição do direito à aposentadoria, assegurada a opção pelo marco mais benéfico.” (NR)

**Art. 3º** - Ficam integralmente referendadas, nos termos do inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019:

I - a alteração do art. 149 da Constituição Federal promovida pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro 2019;

II - as revogações do § 21 do art. 40 da Constituição Federal, bem como dos arts. 2º, 6º e 6º-A todos da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, promovidas pela alínea “a” do inciso I e pelos incisos III e IV do art. 35 da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019.

**Art. 4º** - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único** - As alterações promovidas pelos arts. 1º e 2º desta Emenda Constitucional terão efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 26, de 31 de janeiro de 2020.

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, EM

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, temos aqui o Projeto de Lei nº 24.196/2021, também do Poder Executivo, que altera a lei nº 11.357, de 6 de janeiro de 2009, e dá outras providências. Este é votado somente em um turno.

Como já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, será apenas no Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei 24.196/2021, do Poder Executivo **em discussão única**.

### **PROJETO DE LEI Nº 24.196/2021**

**Altera a Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“**Art. 12**.....  
.....

§ 2º - Equiparam-se aos filhos, nas condições dos incisos III e IV do *caput* deste artigo, exclusivamente o tutelado e o enteado, em relação aos quais tenha o segurado obtido delegação do pátrio poder, desde que atendidos os seguintes requisitos:

.....

§ 10 - No caso dos dependentes referidos nos incisos III e IV do *caput* deste artigo, será admitida a duplicidade de vinculação previdenciária como dependente, unicamente em relação aos genitores, segurados que sejam de qualquer regime previdenciário.

.....

§ 15 - A condição de dependente para o filho, o enteado e o tutelado solteiros perdurará até 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que não percebam qualquer rendimento, na forma do § 6º deste artigo, e sejam comprovadas, semestralmente, sua matrícula e frequência regular em curso de nível superior ou a sujeição a ensino especial.” (NR)

“Art. 36 - Para o cálculo dos benefícios do RPPS, será utilizada a média aritmética simples das maiores remunerações, subsídios e salários de contribuição adotados como base para contribuições a Regime Próprio de Previdência Social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 90% (noventa por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.  
.....” (NR)

“Art. 71 - .....

.....

§ 6º - Revogado.  
.....” (NR)

“Art. 71-A - Considera-se base de cálculo para fins de contribuição dos órgãos e entidades dos Poderes do Estado:

I - o valor bruto da remuneração integral devida no mês, excluídas as parcelas a que se refere o art. 71 desta Lei, para os servidores que tenham ingressado no serviço público antes da data de aplicação do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado e não tenham feito opção pela submissão ao novo regime;

II - o valor bruto da remuneração integral devida no mês, excluídas as parcelas a que se refere o art. 71 desta Lei, que não exceder ao limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, para os

servidores que tenham ingressado no serviço público a partir da data de aplicação do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado, independentemente de adesão ao novo regime;

III - o valor bruto da remuneração integral devida no mês, excluídas as parcelas a que se refere o art. 71 desta Lei, que não exceder ao limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, para os servidores que sejam oriundos do serviço público em outro ente da Federação e ali estivessem vinculados ao Regime de Previdência Complementar, na forma dos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal, independentemente de adesão a plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar.”  
(NR)

**Art. 2º** - Fica renumerado o parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, para § 1º, da seguinte forma:

“**Art.22-** .....  
§1º - .....  
.....” (NR)

**Art. 3º** - Ficam integralmente referendadas, nos termos do inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019:

I - a alteração do art. 149 da Constituição Federal promovida pelo art. 1º da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019;

II - as revogações do § 21 do art. 40 da Constituição Federal, bem como dos arts. 2º, 6º e 6º-A todos da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, promovidas pela alínea “a” do inciso I e pelos incisos III e IV todos do art. 35 da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019.

**Art. 4º** - Fica revogado o § 6º do art. 71 da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único** - As alterações promovidas pelos arts. 1º, 2º e 4º desta Lei terão efeitos retroativos à data de início de vigência da Lei nº 14.250, de 18 de fevereiro de 2020.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou passar agora para os projetos dos deputados. São 31 projetos de deputados que, como o líder Rosemberg explicou, já foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça.

Srs. Deputados, 1 minuto.

Os Srs. Deputados que têm outros projetos na Casa, é bom que vejam na Comissão de Constituição e Justiça, porque essa será a tônica. No dia 7 de julho, teremos votações e, a depender do acordo do líder da Oposição, deputado Sandro, com o líder Rosemberg, poderemos colocar outros projetos de autoria de deputado.

Vamos votar aqui hoje 31 projetos de deputados, que também são votados em dois turnos. Então vamos ter logo a seguir, 1 minuto após esta, uma sessão para votarmos a PEC e os projetos dos deputados, conforme a lei, em segundo turno.

Os relatores desses 31 projetos serão os deputados Tiago Correia e Rosemberg Pinto. Vamos fazer em bloco para não ler um por um. Claro, eu vou ler aqui rapidamente, e vamos votar de dez em dez, em três blocos, porque ficaria desnecessário e cansativo votar um por um.

Temos aqui o Projeto de Lei nº 23.281, da deputada Olívia Santana, que dispõe sobre a salvaguarda e incentivo da capoeira no Estado da Bahia; outro da deputada Talita Oliveira, que proíbe a prática comercial de renovação automática de contratos de prestação de serviço por assinatura. A deputada Talita não está presente. O terceiro, da deputada Fátima, institui o Dia Estadual da Luta dos Povos Indígenas. Em seguida, os projetos da deputada Jusmari, que dispõe sobre a mudança de nome do Hospital do Oeste em Barreiras, que passa a ser denominado Hospital do Oeste Irmã Santa Dulce dos Pobres; do deputado Euclides, que dispõe sobre a proibição de restrição às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros dos sistemas de restrição ao crédito por empresas, quando em processo de seleção para admissão no mercado de trabalho; do deputado Samuel Junior, que declara como patrimônio imaterial, científico e cultural do estado da Bahia a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac.

Vou retirar os projetos dos deputados que não estiverem presentes, porque não se justifica. Se os deputados não estão presentes, então não estavam querendo aprovar os seus projetos. Vou retirar agora, logo depois.

Prosseguindo. Do deputado Paulo Câmara, que institui a Semana Estadual de Conscientização e Informação sobre a Dislexia e Transtornos de Aprendizagem; do deputado Fabrício Falcão, que institui o Dia Estadual de Combate à Homofobia, à Discriminação e Violência em Razão da Orientação Sexual; do deputado Alex da Piatã, que institui o Dia do Condutor de Ambulância no Estado da Bahia; do deputado Bobô, que institui o Dia do Paradesporto do Estado da Bahia e dá outras providências; do deputado Alan Sanches, que institui a Semana Estadual de Valorização do Idoso, a realizar-se na primeira semana do mês de outubro; do deputado José de Arimateia, que institui o Dia Estadual do Usuário dos Transportes Rodoviário, Ferroviário, Fluvial, Marítimo e Aéreo no Estado da Bahia; do deputado Robinho... deputado Robinho não está presente, esse projeto não vai para votação.

Continuando. Do deputado Jacó, que reconhece como de interesse cultural, social e turístico do estado o mercado de artesanato de Ilhéus; do deputado Tiago Correia, que institui no calendário oficial de eventos do estado da Bahia o Dia do Jovem Empreendedor, a ser comemorado anualmente no dia 5 do mês de outubro; da deputada Neusa Cadore, que institui o Selo Lilás, conferido às empresas que adotem práticas de valorização da mulher e enfrentamento da desigualdade de gênero no ambiente de

trabalho; do deputado Pedro Tavares, que dispõe sobre a criação da Semana de Conscientização e Combate à Trombose no estado da Bahia; do deputado Euclides, que dá o nome de Paulo Machado à via BA-S/N, que liga o município de Senhor de Bonfim ao distrito de Quicé, partindo do entroncamento da BR-417; do deputado Alex da Piatã, que institui a Semana Estadual de Transplantes de Órgãos; do deputado Bobô, que dispõe sobre a proibição do preenchimento do tanque de combustível dos veículos após o travamento automático de segurança da bomba de abastecimento. Deputado Bobô, a gasolina está tão cara que acho que não está transbordando nada.

Do deputado Paulo Câmara, que institui o laço azul com laranja como o símbolo de conscientização sobre a dislexia no estado da Bahia; do deputado Roberto Carlos, que dispõe sobre a instituição do Selo Amigo do Esporte no âmbito do estado da Bahia e dá outras providências; do deputado Eduardo Salles, fica instituído o Dia de Sukyo Mahikari no estado e dá outras providências; do deputado Fabrício Falcão, denomina-se Rodovia Padre Aldo Coppola o trecho da BA-152 que liga o município de Ibitiara ao município de Novo Horizonte, no estado da Bahia.

Já estamos concluindo.

Da deputada Fabíola Mansur, que institui o dia 5 de maio como o Dia Estadual do Líder Comunitário; do deputado Osni Cardoso, que institui o dia 14 de março como o Dia Marielle Franco, dia estadual de luta contra o genocídio da mulher negra; do deputado Osni Cardoso novamente, que institui o Dia Estadual da Vaquejada, no dia 6 de setembro; e, por último, do deputado Pedro Tavares, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes no estado da Bahia.

Além disso, temos o Projeto de Lei nº 24.185/2021, de autoria das deputadas estaduais, que institui no estado da Bahia o Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica, conforme a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Eu gostaria de dizer, Srs. Deputados, que esse projeto já foi instituído em vários estados da federação com o objetivo de que as mulheres que estão sendo agredidas ou passando por qualquer violência possam denunciar com uma simples marca de batom na mão.

E temos aqui também o Projeto de Lei nº 22.210/2017, de autoria do deputado Pedro Tavares, que institui o Dia Estadual da Utilização Racional de Energia.

Então, Srs. Deputados, Rosemberg, esta votação se dará em dois turnos. Encaminharei agora para os relatores, para o deputado Rosemberg para iniciar. V. Ex.<sup>a</sup> vai, deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) e depois o deputado Tiago Correia vai relatar os outros 16 projetos. O.k., deputado?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o deputado Paulo Rangel e o deputado Hilton pediram questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpem, Srs. Deputados, não chegou aqui essa questão de ordem.

Deputado Hilton Coelho, questão de ordem.

O Sr. Hilton Coelho: O.k., Sr. Presidente. Muito obrigado ao líder do Governo.

Sr. Presidente, duas coisas: quero que se registre o nosso voto contrário em relação ao Projeto de Lei nº 24.196/2021.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, um momento, ainda não terminei. E o nosso voto contrário a esse projeto do dia de combate à dislexia, do deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Ainda vai ser votado. E, no momento, V. Ex.<sup>a</sup>, se possível, nos lembre, porque são muitos projetos, para a gente não se atrapalhar. Mas bote logo o voto contrário do deputado Hilton Coelho, por favor.

Quem mais tem questão de ordem?

Deputado Paulo Rangel, V. Ex.<sup>a</sup> quer fazer a questão de ordem?

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Com todo respeito, mas eu acho que essa forma de votação... Eu já fiz um questionamento, é um...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Falta abrir seu microfone, Paulo.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Meu microfone está aberto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Paulo, aguarde 1 minuto porque a gente não te ouviu.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Você está com problema aí na sala, Adolfo.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Está aberto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então pronto, não registra não. Não estava aqui, entendeu?

(O Sr. Ernâni Romeo: Presidente Adolfo, o seu microfone está aberto.)

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Está aberto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está bom. Deputado Paulo, V. Ex.<sup>a</sup> irá fazer a questão de ordem?

Qual o problema, Ernâni?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. O microfone de Paulo Rangel está aberto, vocês que estão na sala que não estão ouvindo as pessoas. Quem não está ouvindo as pessoas é o presidente e a assessoria técnica.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Está ouvindo agora?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, Paulo.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presidente, eu sou totalmente contrário a esse tipo de votação. Não é porque não temos votado projeto de deputado que vamos fazer um mutirão desse, botar dentro de um saco e votar as coisas. Nós já demos título de cidadão quando o próprio autor votou contra.

Então, eu acho que a gente devia organizar essas votações. Essa é uma questão de ordem para o mês de julho. Agora, eu sou contrário a votar as coisas no atacado. Acho que isso, inclusive, desabona a nossa função de parlamentar.

Eu sei que V. Ex.<sup>a</sup> está sentindo uma certa pressão, mas votar as coisas dessa forma, eu acho que não dá para votar, simplesmente porque passou na Comissão de Constituição e Justiça. Do ponto de vista da meritocracia, nós podemos ter o entendimento totalmente contrário.

Então, eu não concordo que seja votado dessa forma. Se quiser, nós podemos, inclusive, fazer um esforço conjunto. Os projetos têm de ser lidos. Nós já fizemos isso na Assembleia e nos arrependemos. Então, eu acho que o que está se fazendo é simplesmente para agradar ao ego de alguns deputados que realmente têm trabalhado muito.

A Assembleia não tem funcionado em relação às comissões da forma como deveria funcionar e essa é uma autocrítica que todos nós devemos fazer. Isso não se deve, inclusive, à gestão de V. Ex.<sup>a</sup>. Mas eu acho um absurdo pegar 33 projetos, nomear três relatores e a gente votar as coisas assim como se fosse um saco de qualquer coisa. Inclusive, quem me conhece da Comissão de Constituição e Justiça sabe que eu sempre fui muito questionador em relação a alguns projetos. Nós já demos título de cidadão para assassino.

Acho que não estamos votando título de cidadão. Há projetos, inclusive, que eu acho que têm de ser lidos, têm de ser vistos. Então, acho que 33 projetos, dessa forma, não dá para se votar. Acho que a gente poderia organizar por lotes e organizar a vida da Assembleia. Agora, dessa forma, eu sou totalmente contrário. Mas se for voto vencido, quero aqui externar meu posicionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo, eu concordo em parte com V. Ex.<sup>a</sup>. Em relação a título de cidadão, nós já votamos em outras épocas dezenas de títulos assim, de afogadilho. E eu sou contrário porque, às vezes, nós não sabíamos nem o que estávamos votando. Mas, essa é a minha opinião, eu gostaria de dizer que esta Presidência faz o que os líderes trazem para mim. Se os líderes, o deputado Rosemberg, que representa a Bancada do Governo... Quando o deputado Rosemberg, juntamente com o líder Sandro Régis, vem a mim, seguramente eles já conversaram e ouviram as suas bancadas para dizer se votamos ou não.

Então, eu, como presidente, estou coordenando os trabalhos com projetos que foram decididos pelas lideranças. A minha opinião pessoal difere um pouco em relação ao título de cidadão porque, a meu ver, a maioria desses 32 projetos não trazem consequência, prejuízo – vamos dizer assim – a ninguém, no caso de votarmos. Até porque nós estamos ouvindo aqui para não repetir. Por exemplo, nós temos o projeto da deputada Fátima Nunes, que institui o Dia Estadual da Luta dos Povos Indígenas; o da deputada Jusmari, que muda o nome do Hospital do Oeste para Hospital Santa Dulce dos Pobres. Isso para não ler todos os projetos e ficar cansativo. Temos também o projeto do deputado Alex, que institui o Dia do Condutor de Ambulância.

Bom, deputado, sendo assim, eu respeito a posição de V. Ex.<sup>a</sup>, mas como foi acordado entre os líderes para botarmos em votação, eu seguirei e colocarei em votação.

Salvo se os líderes deputado Rosemberg, deputado Sandro e deputado Tiago, representando o líder da Oposição, resolverem não votar na tarde de hoje esses outros projetos e nós voltarmos para o segundo turno da PEC.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olha bem, eu acho que nós poderíamos, cada relator, ler o *caput* do projeto e apreciar. O outro também lê o *caput* do projeto e assim teríamos a oportunidade de votar projeto por projeto. E quem discordasse daquele determinado projeto, votaria contra. Talvez seria um encaminhamento, porque se votarmos no bloco, realmente, podemos ter problemas. Eu não sei o que o deputado Tiago acha.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, às vezes, eu não consigo ouvir, tenho de usar o fone. O que V. Ex.<sup>a</sup> sugeriu?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, o que é que nós instituímos? Como nós dividimos, eu e o deputado Sandro, conversamos e pegamos só os projetos que tinham passado pela Comissão de Constituição e Justiça, o que foi uma decisão que tomamos lá atrás, no Plenário da Casa, para votar principalmente os projetos das mulheres. Como havia outros projetos, nós também selecionamos.

Em minha opinião, acho que não vai demorar muito. E, até para facilitar, eu tinha combinado de fazer um relatório simples, então o relator que seria... A gente dividiria, tanto eu quanto o deputado Tiago, a gente leria o projeto, o senhor encaminharia a votação, se fosse contrário a esse projeto votaria, ao invés de votar um bloco de projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. A gente vota individualmente. Então vai relatar um por um? O.k. Vamos à votação.

A deputada Talita mandou mensagem. Ela está presente, mas não conseguiu acessar o sistema. Deputado Robinho, deputado Rogério Andrade e Alex Lima apareceram.

Para relatar o Projeto de Lei nº 23.281/2019, da deputada Olívia Santana, que dispõe sobre a salvaguarda e incentivo...

Questão de ordem, deputado Eduardo.

O Sr. Eduardo Salles: Presidente, eu queria colocar, junto com o deputado Paulo, que eu acho que hoje esses projetos que foram colocados dessa forma... Eu acho que está tudo bem fazer da forma como Rosemberg está propondo.

Mas eu gostaria, realmente, que em outro momento não se faça isso e que a gente possa discutir e saber quais são os projetos que vão ser votados, pelo menos as lideranças. Nós não fomos consultados. Os líderes não foram consultados. Então, eu acho que num próximo momento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Eduardo, V. Ex.<sup>a</sup> está certo. A culpa é do deputado Rosemberg e do deputado Sandro Régis. Nós temos mais de mil projetos de deputados tramitando. Em todas as legislaturas, existe uma queixa de que não se vota projeto de deputado. Se votarmos um ou dois projetos a cada sessão que

tivermos, seguramente a maioria dos deputados não vão ver os seus projetos aprovados. Mas esta presidência... Vou deixar V. Ex.<sup>a</sup> falar, Eduardo. Eduardo, vou voltar a palavra para V. Ex.<sup>a</sup>. Esta presidência fará o que vocês decidirem, o que os líderes decidirem, claro que os líderes decidem pelas suas bancadas.

Para concluir, volto a palavra ao deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Eu concordo. Acho que os deputados devem ter os seus projetos votados, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Agora, acho que esses projetos deveriam ser previamente discutidos nas lideranças dos blocos, dos líderes partidários e ali eles levariam antecipadamente aos seus pares, para que tomassem ciência.

O que nós não podemos é tomar ciência dos projetos na hora da votação. Então, eu sou totalmente a favor da votação dos projetos dos deputados, só gostaria que nós tivéssemos a cautela de, antes de uma reunião de líderes, discutirmos, pautarmos isso para os nossos liderados e então irmos. Quem quiser votar contra, vai votar contra. Mas que pelo menos nós tenhamos antecipadamente quais projetos serão votados.

É essa a minha posição. Acredito que é fundamental a votação dos projetos dos deputados. Gostaria de solicitar ao deputado Sandro e ao deputado Rosemberg que colocassem isso em pauta previamente com os líderes. Os líderes levariam aos seus liderados e depois dali, votaríamos os projetos que fossem. Quem quisesse votar “sim” ou “não”, votaria “sim” ou “não” no Plenário, essa é minha opinião.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., Eduardo. V. Ex.<sup>a</sup>, com certeza, será atendido. Vamos tentar aperfeiçoar a forma de trazer esses projetos para o Plenário.

Deputado Rosemberg, pode continuar?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tendo essa discordância, e nós temos sessão no dia 7, se houver, por parte do deputado Tiago Correia, da minha parte... Porque nós distribuiremos essa lista de projetos, desde cedo, para todos os deputados, todos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg... (Interferência na conexão.) (...) de haver essa contestação do deputado Paulo e de outros deputados, se vocês acharem conveniente, podemos suspender a votação desses projetos e avisar, mandar para cada deputado, para os líderes de cada bloco novamente. V. Ex.<sup>a</sup> é quem decide e esta presidência agirá.

O que decidem V. Ex.<sup>as</sup>?

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, a grande maioria dos projetos, talvez 95% deles, são projetos que instituem datas no calendário oficial, ou dia ou semana, a grande maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É isso que eu acho.

O Sr. Tiago Correia: Existem, acho que são, se não me engano, três ou quatro projetos que, aí sim, de fato, são leis que implementam algum tipo de prática, algum tipo de proibição. E se o líder Rosemberg também entender, a gente pode retirar e deixar para o dia 7, para que as bancadas tomem conhecimento, apesar de terem sido

distribuídas, e a gente votaria hoje tudo que for relativo à instituição de datas nos calendários oficiais, que são projetos de menor complexidade. E quem não concordar com alguma data, como foi levantado, por exemplo, se for um projeto que institui um dia católico no calendário e o deputado não for católico, ele se manifesta e vota contra.

Enfim, a gente não está aqui acordando a aprovação, a gente está acordando só o encaminhamento desses projetos para apreciação no Plenário. É isso que eu trago.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., deputado Rosemberg. Vamos? Eu leio o projeto, se acharem que deve ser votado, eu continuo, se não, passo para outro.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, não tem nenhuma data instituída por esses projetos de hoje até o dia 7. Para a gente ganhar tempo, talvez seja melhor deixar todos os projetos dos deputados para o dia 7, e, obviamente, a gente já distribui para todos. Vai ter uma nova reunião da Comissão de Constituição e Justiça na próxima terça e, de repente, a gente pode encaminhar também algum outro projeto para ser votado. A gente votaria todos no dia 7, uma vez que só haverá dois projetos no dia 7 e não haverá uma PEC que tomou esse tempo total.

Paulo Rangel e Eduardo Salles? Deputado Tiago, o que achas?

O Sr. Tiago Correia: Eu concordo, Sr. Presidente. O que a maioria decidir, atendendo os pleitos que foram colocados, eu acho que a gente pode dar seguimento.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., então, deixamos todos para o dia 7.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, como os líderes e Tiago Correia sugeriram, para atender ao deputado Paulo Rangel e ao deputado Eduardo Salles, e como não haverá prejuízo em nenhum projeto desses, caso aprovado, pois nenhuma data proposta cai nesses dias até o dia 7, vamos tirar de pauta todos os projetos de autoria de deputados e deixaremos para o dia 7. E os líderes comunicarão aos seus liderados sobre cada projeto desses para não ter contestação no dia 7.

Srs. Deputados, vou abrir uma sessão logo em seguida para termos votação em segundo turno.

Declaro encerrada a presente sessão. E, 1 minuto após esta, abriremos outra sessão para votarmos em segundo turno a PEC da Previdência.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*